



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 29ª audiência pública desta Comissão, no ano de 2021; 6ª temática aos projetos de lei: PL 669/2021, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que estima receita e fixa despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2022, LOA; PL 676/2021, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2022-2025, PPA.

Terá como tema a Secretaria Municipal de Habitação, Cohab, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida de forma presencial e virtual, é transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online e também pelo YouTube e Facebook, da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 21/10/2021, foi publicada nos jornais: *Agora*, em 22/10/2021, *Folha de S.Paulo*, nos dias 23/10/2021, 25/10/2021 e 08/11/2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 22/10/2021, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Neste momento, presencialmente, junto à Secretaria desta Comissão.

As demandas podem ser entregues junto à secretaria da Comissão, ou encaminhar a sua manifestação, por escrito, através do formulário disponível em www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2022/participe-ppa-orcamento2022.

Ou pelo *e-mail*: financas@saopaulo.sp.leg.br.

Informo também que todas as audiências públicas realizadas por esta Comissão poderão ser acompanhadas pelos canais digitais ou presencialmente nos locais previamente agendados e divulgados onde o acesso do público em geral, Câmara Municipal de São Paulo, será permitido mediante o uso obrigatório de máscaras, aferição obrigatória de temperatura e

segundo o cronograma vacinal municipal, apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique óbice à imunização, conforme artigo 2º do Ato nº 1.504, de 02/03/2021, alterado pelo Ato nº 1.523, de 20/10/2021.

Na próxima quarta-feira, dia 17/11/2021, realizaremos a 7ª audiência pública temática do Orçamento de 2022 e PPA 2022-2025, a partir das 10 horas, o Salão Nobre João Brasil Vita, 8º andar, e pelo auditório virtual, pelo aplicativo Microsoft Teams. Tema: Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, SPTrans, Secretaria Municipal da Segurança Urbana e Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito.

Para esta audiência foram convidados: o Sr. João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação, que está acompanhado do Sr. Júnior Fagotti, Secretário Adjunto Municipal e do Sr. Carlos Alberto Silva, Chefe de Gabinete; o Sr. Alexsandro Peixe Campos, Diretor Presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – Cohab, que está acompanhado do Sr. Fabiano Calil Colussi, Diretor Financeiro e da Sra. Cristina Pimenta Nunes, Superintendente Financeira; a Sra. Silvia Regina Grecco, Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência; o Sr. Juan Quirós, Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia, que devido a compromissos com o Prefeito não poderá participar, será representado pelo Sr. George Augusto dos Santos Rodrigues, Chefe de Gabinete, pelo Sr. Lucas Lacerda, Chefe da Assessoria Técnica de Comunicação, pelo Sr. Fábio Behrend, jornalista, e pelo Sr. Jarbas Antônio de Biagi Junior, Coordenador de CAF. Foram convidados os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Nós estamos de maneira *on-line*, representando a Secretaria da Fazenda do Município, o Sr. Samuel Alísio de Godoi.

Obrigado a todos e a todas. Vamos dar início, então. (Pausa)

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos começar com a Cohab. Como que vocês vão fazer a apresentação? (Pausa) Podemos então não seguir necessariamente aqui e partir para Cohab e Secretaria, falarão juntos e misturados, vamos falar assim.

A Silvia está *on-line* conosco. Me ouve, Silvia?

Agradeço ao Wallace e à Amanda, que são intérpretes de Libras.

Vou anunciar o Dr. Jorge do Carmo, Deputado Estadual, venha compor conosco a mesa. Estamos dentro das normas de distanciamento.

O SR. FABIO FENÓLIO - Bom dia, Presidente Tatto, a Secretária Silvia está a caminho, logo entrará na audiência. Sou o Fabio, Chefe de Gabinete dela, aguardando a sua chegada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ela está a caminho daqui?

O SR. FABIO FENÓLIO - Da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então estamos aqui.

O SR. FABIO FENÓLIO - Ela é a segunda na posição de fala, correto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não entendi.

O SR. FABIO FENÓLIO - A Secretária Silvia, da Secretaria da Pessoa com Deficiência, é a segunda na posição de fala.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah! Sim, estou agora propondo então, representando a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, o Sr. George Augusto dos Santos Rodrigues.

O SR. GEORGE AUGUSTO DOS SANTOS RODRIGUES – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia. Estamos invertendo se o senhor puder já fazer a sua exposição.

O SR. GEORGE AUGUSTO DOS SANTOS RODRIGUES – Sem problemas. Somente quero agradecer, cumprimentar o Presidente Jair Tatto, em nome dele cumprimentar os demais Vereadores que compõem a Comissão de Orçamento, cumprimentar os membros da mesa, de modo especial os cidadãos representantes dos conselhos que estão participando conosco.

Muito rapidamente, o nosso orçamento está previsto com 165 milhões, praticamente, R\$ 164.499.000,00, previsto na LOA do ano que vem, para cumprir o nosso trabalho na

Secretaria de Inovação e Tecnologia.

Rapidamente falando, a Secretaria é de apoio para toda Prefeitura, é estruturante na especialmente área de tecnologia, mas nós vimos adotando também um processo, nos últimos anos, especialmente, do ano de 2019 para cá, quando o Secretário Juan e a nossa equipe, desde que chegamos aqui, numa estrutura de uma secretaria também com viés finalístico, especialmente no atendimento ao cidadão.

Nós viemos de lá para cá, estamos trabalhando sempre na busca pelo aprimoramento no atendimento ao cidadão, através dos nossos serviços, principalmente o 156, o Descomplica, o Telecentro, o Fab Lab, são os serviços que temos espalhados pela Cidade, de conhecimento amplo do pessoal.

Dentro da nossa estrutura, nós dedicamos para o Plano de Metas, que foi definido pelo saudoso Prefeito Bruno, em conjunto com o Prefeito Ricardo Nunes, 42% do nosso orçamento para atingimento das metas pactuadas. Dentro das 77 metas definidas, nós temos três que são dedicadas à SMIT, especialmente à construção de Descomplica; são 300 mil capacitações dos cidadãos, através da rede de Telecentros e Fab Labs e à ampliação do Plano de *Wi-Fi* Livre na Cidade. Hoje, nós temos 1.088, o Plano de Metas prevê a chegada, até 2024, de 20 mil pontos.

Com isso, passando rapidamente pelas nossas metas, especialmente, nós dedicamos um orçamento, dentro da LOA, de 43 milhões entre investimento e custeio para o Descomplica, para a implantação de sete novas unidades. Além das que já está em execução, que são oito operando e mais cinco que estão efetivamente em obras e contratações, para serem entregues nos próximos tempos.

Além disso, nós temos o Telecentro e o Fab Lab, com 15 milhões de reais destinados para operação da rede de Telecentros e Fab Labs. São 127 Telecentros e 13 Fab Labs espalhados pela periferia da Cidade, pelas franjas da Cidade, dedicados especialmente para a comunidade da nossa Cidade, daqueles que têm mais necessidades e acesso à tecnologia.

Como o Secretário Juan sempre diz, a nova fronteira da inclusão social é a fronteira

da tecnologia. Nós vimos combatendo essa desigualdade através da ampliação desses projetos.

Dentro disso, nós dedicamos 15,300 milhões, nesse orçamento, para a manutenção dos equipamentos, para pagamento das despesas e para ampliação das capacitações. Como eu disse, temos a meta de chegar a 300 mil capacitações, até 2024. Nós vimos avançando nesse número de forma considerável, com a meta deste ano já superada.

Dentro do Programa Wi-Fi Livre, como bem se sabe, temos espalhados pela Cidade mais de mil pontos de acesso à internet livre, disponibilizada para o cidadão.

Estamos disponibilizando um orçamento de 10,5 milhões, para manutenção dos equipamentos, instalação dos novos, com o objetivo de chegar até 2024 em 20 mil pontos, até o ano que vem cinco mil pontos espalhados pela Cidade.

Feito isso, fechando o grande pacote do nosso Plano de Metas, como eu disse, isso representa 42% do Orçamento que está sendo proposto para apreciação da Câmara, passo a falar sobre o 156, o nosso projeto da Central de Atendimento.

A SMIT tem como papel importante e significativo dentro desse projeto a estruturação da central de telefone, o portal e o aplicativo, além da digitalização dos serviços. Sempre é bom deixar claro que os serviços solicitados são realizados descentralizados, pelas diversas secretarias e subprefeituras da Cidade, mas a operação do sistema é feita pela SMIT. Para isso, ou seja, para a contratação da operação da central de telefonia e os acessórios, com prazos de telefonia e outros, nós estamos prevendo 55,800 milhões, para essa operação.

Além disso, nós temos outros projetos dentro da SMIT. Quero destacar o projeto do 011, o nosso Laboratório de Inovação e o Conecta.hub.sp, que é o nosso *hub* de tecnologia de inovação, da Prefeitura de São Paulo, concentrado na SMIT.

É um projeto novo que o *hub* no início deste ano, agora em 2021, com apoio dos Prefeitos Bruno e do Ricardo, além do Laboratório de Inovação que já existe desde a Gestão anterior. Para isso, entre os contratos, as previsões e todo projeto que a gente tem lá, nós temos 3,300 milhões previstos na LOA, do ano que vem.

Só para exemplificar, através do trabalho do Laboratório 011, foi realizado, no ano

passado, o envio de um milhão de SMSs para conscientizar os cidadãos dentro dos terminais de ônibus para manter as estruturas de prevenção ao Covid, por exemplo, o uso de máscara, distanciamento, álcool em gel, que teve um resultado bem bacana.

Mais recentemente, foi amplamente divulgado o lançamento do Web MEI Nota Fácil, que facilita a vida do microempreendedor. Esse app foi desenvolvido em conjunto com a Secretaria da Fazenda e a SMIT, através do Laboratório 011.

Além disso, para a nossa estrutura da Secretaria, manutenção geral e todos os outros projetos, a Secretaria é composta por quatro coordenadorias, tem uma coordenadoria dedicada a pensar tecnologia da Prefeitura, dar orientações que é a CGTIC. Há outra é voltada para transformação de dados, se a gente olhar os dados da Cidade, da Prefeitura, além da administração, propriamente dita, nós estamos dedicando 36 milhões dentro da LOA, do ano que vem.

Também o nosso PPA que foi pensado dentro dessa estruturação, o PPA foi pensado muito semelhante o que é a estruturação da LOA, ou seja, os principais projetos que nós temos, eles estão sendo contemplados. São projetos de relevância para a Cidade, estruturação, como eu disse o 156, o Descomplica, o Wi-Fi, os Telecentros, esses são projetos que têm de ter uma continuidade independentemente da estrutura, da Gestão que estiver no Governo.

Para essa estruturação, o PPA foi pensado nesse processo de continuidade. Dentro desse processo, a média em geral do Orçamento previsto ou planejado, dentro do PPA, é de 160 milhões, mais ou menos parecido com o que a gente está prevendo de execução para o próximo ano.

Feita aqui uma rápida exposição, Presidente, peço desculpas de não ter compartilhado devidamente o material, mas acho que consegui dar uma boa passada para todos. Fico à disposição para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, George.

Pergunto se a Secretária chegou, se está *on-line*, Cohab. Se não, já abro para as inscrições. Aqui está tendo o Deputado, os demais que chegaram, está em fase de transição

novamente a Secretaria da Habitação. Mas quem voltou para lá é o João Farias, que acho está bem habituado ali. Então agora estamos aguardando a chegada, não sei se o Secretário vai entrar *on-line*. (Pausa) O João virá. E a Secretária da Pessoa com Deficiência, *on-line*. Deixe-me ver.

Secretária Silvia?

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO - Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia, obrigado. Tem a palavra, Secretária.

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO - Como vai? Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tudo ótimo.

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO - É um prazer estar aqui. Como nós temos pessoas participando, eu, como Secretária da Pessoa com Deficiência, tenho por dever e obrigação de fazer apresentação.

Eu sou a Secretária Silvia Grecco, Secretária da Pessoa com Deficiência da Cidade de São Paulo. Sou uma mulher branca, com cabelos castanhos, hoje preso, usando óculos preto, uma blusa, amarela. Atras de mim estão três bandeiras, a Bandeira do Brasil, a Bandeira da Cidade de São Paulo e a Bandeira do Estado de São Paulo.

Agradeço muito, Vereador Jair Tatto, à Comissão de Finanças e Orçamento, para falar nesta audiência pública temática e apresentar o orçamento para o exercício de 2022, da nossa Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretária, só um minuto para uma correção técnica, por gentileza.

(NÃO IDENTIFICADO) – A sua imagem não está aparecendo.

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO - Não? Eu me vejo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós não estamos. (Pausa)

(NÃO IDENTIFICADO) – O problema deve ser aí, porque eu estou enxergando-a aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O áudio está razoavelmente bom. Poderia estar

um pouco melhor também, não?

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – Talvez se eu colocar o fone. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas vamos lá, vamos aguardar. (Pausa)

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO - Vamos tentando aqui. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos seguindo.

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – A nossa Secretaria, como todos sabem, é uma Secretaria meio... É uma Secretaria que tem... (Falha na transmissão.) ...com todas as demais, que possuam algum trabalho, algum projeto voltado às pessoas com deficiência, como, por exemplo, a saúde, a educação, a cultura, o esporte, o lazer, a habitação. Então, nós temos o nosso orçamento, mas, também, a causa da pessoa com deficiência, esse segmento, é contemplado no orçamento das demais Secretarias. A nossa Secretaria também acaba sendo contemplada no orçamento das demais Secretarias, bem como todos os projetos voltados às pessoas com deficiência.

No início da gestão, nós fizemos um plano de ação articulado. Primeiramente, esse plano foi discutido entre todas as Secretarias municipais, para entendermos os projetos já existentes e aqueles que poderiam ser contemplados nos próximos quatro anos. Depois disso, de uma forma democrática – é assim que eu penso, nessa gestão –, levamos este plano para uma audiência pública e tivemos a participação de pessoas de Organizações Não Governamentais, do Conselho Municipal, de pessoas com deficiência, porque entendemos que o lema de “nada sobre nós sem nós” deve ser seguido pela nossa Secretaria. Assim foi feito, porque deixamos também o nosso plano de ações para que a população pudesse opinar, com o diálogo aberto, no Participe+, da Prefeitura.

Feito isso, concluímos o plano de ação, o planejamento estratégico para os próximos anos da nossa gestão, que é o plano Inclui Sampa. Neste plano, nós temos contemplados: Inclui Saúde, Inclui Assistência Social, Inclui Esportes e Lazer, Inclui Acessibilidade e Transportes, Inclui Direitos e Serviços, Inclui Cultura e Turismo, Inclui Educação, Inclui Trabalho e Empreendedorismo, Inclui Participação Social e Informação. Ou seja, 50 ações foram

contempladas. Isso não significa que, durante os próximos quatro anos, não possamos, ainda, continuar nesse diálogo com a sociedade civil organizada e até acrescentar novas ações.

Para isso, com este plano, fomos sensibilizar tanto a nossa Secretaria da Fazenda como também o nosso Prefeito Ricardo Nunes, para que o nosso orçamento pudesse ter um aumento, de forma que as nossas ações sejam efetivamente realizadas. Com isso, conseguimos um aumento, diante de outros anos, até significativo, tendo em vista, inclusive, que, na execução orçamentária de 2021, nossa Secretaria já concluiu 95% de ações usando o nosso orçamento.

Para o nosso próximo orçamento, não incluindo a nossa folha de pagamento, estaremos contemplados com R\$ 15.498.000,00. Além disso, há a folha de pagamento, com um total de R\$ 20.966.919,00. É bom dizer que, para projetos para inclusão de pessoas com deficiência, tivemos um aumento significativo, porque também foi um acréscimo de projetos. Então, vamos ter condições de ampliar o chamamento público para: projetos de inclusão com OSs; projetos de participação inclusiva; o mapeamento de acessibilidade em equipamentos públicos; cultura inclusiva; Paraoficina Móvel; parques inclusivos; projetos de paradesporto; busca ativa de pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social e, também, em situação de rua; (ininteligível) pessoa com deficiência; projeto de empreendedorismo para pessoa com deficiência; brinquedoteca acessível; equipamentos para a reabilitação dos CERs; projeto Serenata Carinhosa; centro de formação para cão-guia; formações de acessibilidade e inclusão; comissão de publicações em formato acessível; e eventos que possam, também, dar visibilidade à causa, em todos os segmentos das pessoas com deficiência. Essas 50 ações, divididas nesses nove eixos, contemplam, também, todos esses projetos (ininteligível) com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretária?

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – Pois não?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Permita-me. Eu cometi um descuido. Quem for fazer as inscrições presenciais, de que eu tenho só a relação *on-line*, pode formar, ali, uma fila, com todos os cuidados, cuidadosamente e silenciosamente, para não perdermos a fala da

Secretária – tanto para moradia, como para ciência e tecnologia e para pessoa com deficiência.

Desculpe, Secretária. Pode seguir.

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – Imagine. Aliás, é isso, Presidente Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que ontem nós saímos daqui à 1h da manhã e gritamos bastante.

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – Eu entendo muito a importância da participação de todos, não é? Aliás, agradeço, também, pois, no *chat*, estou vendo que nós temos representantes do conselho e da sociedade civil, pessoas da luta pela causa por tantos anos, assim como eu, em uma luta constante. Além de ser gestora, tive a experiência de trabalhar durante seis anos na Secretaria da Pessoa com Deficiência, na época da Dra. Marianne Pinotti e, também, do Cid Torquato. Junta-se a essa experiência, também, o fato de eu ser uma mãe de um filho com duas deficiências. Meu filho tem deficiência visual e também é autista. Então, eu acho que há a importância da participação de todos e reforço a importância do “nada sobre nós sem nós”. Temos de ser muito democráticos e ouvir. Na minha gestão, quero estar sempre aberta ao diálogo.

Por isso, fico bem à vontade em participar desta audiência pública temática, para falar do nosso orçamento, que não diria que é um orçamento que ainda seja o ideal, mas já tivemos um grande aumento neste ano. Reforço que existe o orçamento da nossa Secretaria, que também vai contemplar uma das metas do Plano de Metas, que é o primeiro Centro TEA. Então, para isso teremos, também, recursos orçamentários para o próximo ano, mas, pensando em todas as Secretarias, há o orçamento voltado à causa da pessoa com deficiência.

Então, nós fechamos o orçamento deste ano no valor de R\$ 20.966.000,00. Não foi um grande aumento, perto do ano anterior, e eu acho que, principalmente, na questão dos projetos para inclusão da pessoa com deficiência, para os quais temos disponíveis R\$ 7.650.000,00, queremos a participação de poder dar apoio para as instituições, que são os nossos braços – não na cidade, pensando no território, nas pessoas mais vulneráveis, em todos aqueles que precisam de políticas públicas na área de saúde, pensando na educação inclusiva,

porque, na verdade, nós temos uma luta pela causa. Já tivemos muitas conquistas. Porém, agora nós temos de lutar para não perder os direitos adquiridos.

A pessoa com deficiência é a pessoa antes da deficiência e precisa ser vista com este olhar. Com esse nosso plano de ação e com esse orçamento, poderemos contemplar bastantes ações. Eu tenho certeza de que esse plano de 50 ações, com esses nove eixos, é um plano realizável, ao qual, também, durante os próximos anos, poderão ser acrescentadas novas ações se assim a sociedade civil entender ser necessário. Nós estaremos abertos ao diálogo.

Acho que é isso, Sr. Presidente, para falar, razoavelmente, sobre o nosso plano e o nosso orçamento. Estou aberta para qualquer pergunta, qualquer dúvida necessária.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretária. De fato, nós não conseguimos a imagem da senhora, mas o Mário, lá, parece que conseguiu. Enfim, agora, nós vamos...

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora, sim, deu.

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – Quando eu faço a minha autodescrição, eu costumo dizer para todos que eu sou uma mulher de 59 anos, mas eu conto para todo mundo que, de acordo com o meu filho, que tem deficiência visual, eu tenho aparência de 30, porque ele diz que eu tenho 30 anos. A minha imagem não estava aparecendo e agora está, não é? Porém, já fiz minha autodescrição para muitos poderem saber como eu sou. Acho que agora vocês estão vendo, não é? Eu me vejo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está, mas, agora, sim, estamos vendo a senhora. Muito obrigado.

Muito bem, aqui temos uma carta aberta da União dos Movimentos de Moradia. Peço ao Sidney que protocole, ali, com a assessoria, ok?

Anuncio a presença da nossa querida guerreira e companheira, a Vereadora Juliana Cardoso.

Presidente Fabiano, eu acho que poderíamos, então, entrar nas perguntas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que a Cohab explicou, então, que será feito o conjunto todo, tanto a Secretaria como a Cohab e o Fundo, mas poderíamos, já... Nós estamos usando um formato, Dr. George, Vereadora Juliana Cardoso, demais companheiros e companheiras presentes... Uma fala *on-line* e uma fala presencial, aquele revezamento, porque o sistema obrigatoriamente é híbrido... Então, se a assessoria já tiver uma folha de inscritos pronta, traga-me.

Pois não, Presidente?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O primeiro é o Sr. Fabio? É, mas eu...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, vamos ouvir o Sr. Fabio, porque geralmente faz perguntas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está vindo. Está chegando, inclusive, da Secretaria, de volta, oficialmente. Então, vamos ouvir o Sr. Fabio Siqueira, o primeiro inscrito de maneira presencial. Depois, vou chamar a Sra. Maria do Carmo Ferreira Lotfi, de maneira *on-line*.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Obrigado, Sr. Vereador Jair Tatto, Sra. Vereadora Juliana Cardoso, Sr. Deputado Estadual Jorge do Carmo, Srs. Representantes da Cohab.

Está combinado, Sr. Vereador? Posso reperguntar, quando for apresentado, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá. Vamos seguir.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Está bem. Então, as perguntas são rápidas. Para inovação e tecnologia...

Também saúdo a população aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É o Sr. George, representando o Secretário.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Sim, e, principalmente, a nossa decana da luta habitacional, Conselheira Olga Quiroga, que sempre merece nosso aplauso e nossa estima... É cidadã paulistana por este Parlamento. (Palmas)

São perguntas rápidas. Inovação e tecnologia: projeto, construção e implantação do Descomplica São Paulo – 20 milhões; nada executado neste ano. É um projeto que vai acabar? Qual é a razão de, nesse projeto, de 1º de janeiro a 31 de outubro, não ter sido executado nada? Será que é mais um projeto eleitoreiro do Sr. João Doria Jr., como o Casa Paulista e como o PPA da Habitação, que nunca vão sair? Então, a pergunta é essa para inovação e tecnologia.

Para a Secretaria das Pessoas com Deficiência, são duas perguntas muito rápidas. No ano passado, a Dotação 4323 – manutenção e operação da central de interpretação de Libras, intérpretes e guia de intérpretes – teve a sua aprovação com R\$ 1.600.000,00. Contudo, sua execução foi de apenas 11%, 127 mil reais. Secretária, por que foi tão baixa a execução de uma demanda tão importante como a central de Libras? Não há nenhum óbice em vista da pandemia, pois é uma coisa que até pode ser feita virtualmente.

Também causa tristeza e indignação que a sua pasta trate tão pouco orçamento para o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Em 2020, foram executados para este conselho, Dotação 2803, apenas 19 mil reais – para um conselho municipal desta importância. Agora, em 2021, baixou para R\$ 6.643,00. São 600 reais por mês para um conselho tão importante quanto o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Então, são essas as perguntas. Vereador Jair Tatto, gostaria de voltar à apresentação para fazer perguntas para a habitação. Combinado?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bem, eu vou chamar, inscrita de forma *on-line*, a Sra. Maria do Carmo Ferreira Lotfi. (Pausa) Vou seguir, aqui, de maneira *on-line*. Sra. Glauce Lusía Paula Teixeira?

A SRA. GLAUCE LUSIA PAULA TEIXEIRA – Bom dia a todas, a todos e a todes. Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia, Sra. Glauci. Estamos ouvindo. São três minutos, por favor.

A SRA. GLAUCE LUSIA PAULA TEIXEIRA – Ótimo. Meu nome é Glauce Teixeira. Atuo como Conselheira no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência da cidade de São Paulo, na gestão de 2019 a 2021. Vou fazer a minha autodescrição. Eu sou uma mulher negra, de pele clara. Os cabelos são castanhos escuros e lisos. Hoje, eles estão amarrados. Os meus olhos são castanhos escuros. Tenho nariz grande, arredondado, boca pequena e altura de 1,6m. Hoje, eu estou vestida com uma blusinha preta de manga curta.

Eu agradeço a fala da Secretária Silvia Grecco, mas eu quero falar de coisas muito importantes sobre os direitos da pessoa com deficiência. Nós estamos representando as pastas de cultura, esporte, lazer e acessibilidade. Quero falar sobre acessibilidade nos equipamentos de cultura da cidade de São Paulo. Olhem, só: o Plano Municipal de Cultura de 2016 prevê a acessibilidade de equipamentos na cidade de São Paulo – área de cultura, biblioteca, todos os equipamentos. Agora, quero perguntar: (Falha na transmissão). Não se tem essa acessibilidade urbanística... (Falha na transmissão)

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – Está falhando a sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok.

A SRA. GLAUCE LUSIA PAULA TEIXEIRA – Pode repetir?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, Sra. Glauce. Acho que perdemos o final da fala.

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – É, Glauce. O finalzinho eu perdi.

A SRA. GLAUCE LUSIA PAULA TEIXEIRA – Ah, está bem. Então, eu quero saber por que é que não está sendo cumprido o Plano Municipal de Cultura referente à acessibilidade em equipamentos públicos na cidade de São Paulo. O Plano Municipal de Cultura é de 2016. Qual é a colaboração da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência nesse sentido, referente à fiscalização desse plano? (Falha na transmissão) Aliás, temos uma... (Falha na

transmissão) ...cultural na cidade de São Paulo... (Falha na transmissão) Por que é que essas pessoas... (Falha na transmissão) Então, é isso o que nós queríamos... (Falha na transmissão)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Secretária conseguiu?

A SRA. GLAUCE LUSIA PAULA TEIXEIRA – Presidente, eu vou concluir. Está bem?

A Secretária falou que é a cultura inclusiva. É um projeto de cultura inclusiva. Olhem, só, que interessante: a cultura inclusiva tem a disponibilidade temática que a pessoa com deficiência acessa... (Falha na transmissão) ...em meses temáticos. Dia de aniversário da cidade de São Paulo... É uma vez por mês, uma ou duas atrações por mês. Quanto ao cidadão e à cidadã, isso é direito? Não está sendo respeitada a Constituição da República Federativa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, Sra. Glauce, por favor. Senão, não saímos daqui, hoje.

A SRA. GLAUCE LUSIA PAULA TEIXEIRA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Secretária conseguiu ouvir a pergunta, que tinha um problema de áudio? Creio que sim. Qualquer coisa...

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – Acredito que, no geral, deu sim. É a respeito da cultura.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Parece que o tempo está meio frio e chuvoso. A internet...

A SRA. GLAUCE LUSIA PAULA TEIXEIRA – Eu posso concluir a minha fala? Há uma dotação de 2019 no valor de 17 milhões. Foram utilizados apenas quatro milhões, lembrando que a oficina móvel não tem conserto para bengala... São demandas do Conselho. Então quero saber referente a essa pergunta. Obrigada por ter a fala garantida na Casa do Povo. A fala do povo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Temos a presença do Sr. Secretário João Farias.

Com a palavra a Sra. Verinha, do Movimento de Moradia, região Oeste/Noroeste de União de Moradias.

A SRA. VERINHA - Bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes, nossa guerreira, nobre Vereadora Juliana Cardoso. Tomo a liberdade para cumprimentar o Jorge do Carmo, apesar de ser um Deputado, tenho muito orgulho de termos trabalhado juntos, no Gabinete do Vereador Henrique Pacheco e do Laurindo. Você sempre na luta da moradia, nosso professor. Quero cumprimentar o Sr. Presidente Jair Tatto, guerreiro; o Sr. Secretário João Farias – espero que o que nós começamos, termine bem-feito -; e todos os presentes.

Quero dizer que apesar do tema ser moradia, não poderia deixar de falar sobre o absurdo que aconteceu ontem aqui na Câmara Municipal de São Paulo. Não vou pedir desculpas. Quem me conhece, sabe. Uma salva de palmas aos 18 Vereadores que são defensores do povo. (Palmas) E uma vaia aos Srs. Vereadores que votaram contra o povo de São Paulo. (Vaiais) É um absurdo. E ontem nós estávamos aqui, e nossa ideia era participar desta audiência, muito importante e tivemos que recuar. Não recuamos com medo, não, porque no movimento a gente luta, luta e vamos continuar lutando.

Espero que no ano que vem, o povo se lembre de quem de fato está ao lado do povo. Foi um absurdo a truculência da Polícia Militar, da Guarda Civil Metropolitana. Absurdos que aconteceram ontem: de mulheres, trabalhadoras que estavam aqui defendendo o direito de um salário digno porque, infelizmente, o que está acontecendo no nosso Brasil é o desemprego, a fome, a miséria. Isso temos que registrar e é a nossa bandeira.

Vamos entrar na pauta da moradia. Gente, sei que o orçamento temos que ter recurso para tudo, mas não consigo entender, a primeira porta da política habitacional, sem dúvida é a habitação, uma moradia digna. Como discutir Saúde, se a pessoa não tem um teto para morar, e é isso que vemos, não só no Centro da cidade, também, nas periferias, o povo morando na rua. Como discutir Educação, se a pessoa não tem teto. Como discutir saneamento básico, se a pessoa não tem um teto. É um absurdo o que acontece na questão do financiamento, na questão do recurso para habitação.

Hoje é moda. Quando fala de PPP, lembro daquela palavrinha que muitas vezes mandamos a pessoa para “p...” Não vou repetir. Inventaram uma PPP, que todas as vezes que

falam da PPP, eu acho que estão me mandando para aquele lugar. Sabemos que essa PPP não atende as famílias mais necessitadas. Não atende, sabemos que isso é um pacto. É um pacto com os empresários. Sabemos para onde vão esses recursos. Não vão para moradia digna, não.

Nós, da União, inclusive, o Sr. Secretário João Farias, já visitou nosso projeto e sabe que nós construímos moradia digna, com um valor bem menor do que mandam para esses empresários. Nossos apartamentos são de 58, 60 m², com elevador. Dizem que pobre não pode ter elevador, que é um absurdo. Mas estamos conseguindo fazer e são apartamentos bons, com qualidade, não são placas de gesso; são estruturais, com qualidade.

Então, hoje, estamos aqui e avisar aos Srs. Vereadores e Srs. Deputados, se precisar fazer acampamento, vamos fazer sim até o último momento, porque nós queremos recursos para habitação...

O Vereador Alfredinho está me ligando. Ontem o nobre Vereador estava aqui votando...

Por fim, tem mais companheiros para falar. Queremos uma reunião, Sr. Secretário João, da União. Sabemos que o senhor retornou agora. Difícil. O senhor nem sabe o que estava acontecendo, e de fato, não estava acontecendo nada, infelizmente. O senhor começou o programa Pode Entrar junto conosco, daí ele parou. Esperamos, que no ano que vem entremos de fato. Viva luta da moradia!

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Com a palavra o Sr. Junior Fagotti, Secretário Adjunto, que fará a exposição do montante de dinheiro que temos para construir moradias populares. À vontade, Júnior.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os Vereadores; o nosso Secretário João Farias; o nosso Diretor da Cohab e todos os presentes, pessoal do movimento de moradias, o pessoal que dialogou bastante conosco nesse período até chegar a essa construção, inclusive o Orçamento para 2022.

Farei um breve resumo, até para dar oportunidade para todos poderem falar. Farei a exposição através de *slides*.

- O orador passa a referir-se às imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR - Primeiro, por favor.

Isso que está na tela ali é um pouco do histórico, da evolução do Orçamento da Sehab de 2017 para cá. Sabemos que de 2017, um pouquinho antes, temos aí um período que se diminuíram os investimentos, especialmente, no programa Minha Casa, Minha Vida. Então orçamento da Sehab, no orçamento para execução de projetos da Sehab e de outras parcerias, e agora em 2022 a gente vem com um orçamento destacado dos outros anos, justamente, porque a partir de 2022 a Prefeitura tem aí um programa próprio, construído pelo pai do programa, do lado do Executivo – que está ao meu lado –, com o Bruno. Eles idealizaram o programa Pode Entrar. Então temos um programa próprio que necessita de mais investimentos e isso reflete na Peça Orçamentária da Secretaria de Habitação.

Próximo, por favor.

Aí está um pouco da proposta orçamentária. Temos 72% do orçamento previsto para a provisão habitacional; regularização fundiária, pega um e pouco por cento do orçamento; 14% para urbanização de assentamentos precários e 11, quase 12% de custeios. O que reflete esses 72%, 1% ,14%, 12% do ponto de vista de dinheiro mesmo, do ponto de vista financeiro. Estamos falando de quase 1 bilhão e 700 milhões para provisão habitacional; 25 milhões para regularização fundiária; 342 milhões para assentamentos precários e 280 milhões para custeio da Secretaria. Um resumo onde serão empenhados os valores destinados da Peça Orçamentária

Próximo, por favor.

Aí está um pouco do desdobramento da Peça. De onde vem as fontes de recursos, quais são os valores que são de cada fonte. Temos do Tesouro para custeio, quase 160 milhões. Também do Tesouro para investimento quase 1 bilhão e 400 milhões, FMSAI, 247 milhões, Fundurb, 150 milhões e de operações urbana mais 183 milhões.

Da Cohab, temos para custeio quase 95 milhões; quase 70 milhões para investimentos, quase 26 milhões para custeio, que oriundo do FMH e para investimento do FMH quase 19 milhões. Totalizando quase 210 milhões de reais.

Próximo, por favor.

Um pouco de onde pretendemos, dos programas, que vamos desenvolver com esse orçamento. Todos conhecem, o programa Pode Entrar. Uma vitória de política de Habitação de São Paulo, que agora está definitivamente transformada e perpetuada em uma Lei. Ela de fato apresenta uma série de avanços e uma série de possibilidades para o Município de São Paulo prover habitação. Estávamos conversando há pouco com o Secretário, muito da nossa dificuldade, as vezes de executar o orçamento, se dá por falta de possibilidades, de instrumentos que nos permitam agilidade, nos permitam essa facilidade jurídica e administrativa, que todos sabem que é difícil você operacionalizar isso. Somos submetidos a diversas leis, diversos órgãos de controle e sistematizar isso nem sempre é fácil e ágil. O programa Pode Entrar nos facilita, ou seja, dá respaldo jurídico para nós implementarmos diversos tipos de programas de habitação debaixo do próprio programa maior, o Pode Entrar. Por isso, inclusive, vemos esse ganho no investimento, o aumento do orçamento para 2022. O programa Pode Entrar é um dos principais programas em que iremos investir dinheiro.

Temos algumas contrapartidas financeiras para parcerias com os governos Federal, Estadual que continuam, permanecem. Temos grandes parcerias, grandes entregas a serem feitas. Temos investimentos nessas parcerias para provisão habitacional, continuidade das obras de produção da própria Sehab. Vamos apresentar um pouquinho do que temos previsto para os próximos anos. Alguns finalizaremos já em 2022. Continuidade das obras de urbanização, que já estão aí acontecendo, vamos dar sequência. Gerenciamento, obviamente, acompanhamento de obras, medição, tudo que envolve a parte administrativa da Secretaria e regularização fundiária, que é um desafio nosso também, promover a titulação, para além da titulação, toda infraestrutura, toda a necessidade que se faz para fazer a regularização fundiária.

Próximo, por favor.

Um pouco das intervenções que já estão acontecendo. Vamos dar continuidade que faz parte da realidade do orçamento, para onde vai o dinheiro. Temos Paraisópolis, já começamos as obras do Trecho 2, desde abril estamos lá. Agora estamos avançando na fase 4 de Paraisópolis. Começamos esse ano, e esperamos dar uma sequência, uma avançada boa em 22, para dar segurança, dignidade, especialmente para quem está em torno do córrego, onde corre grande risco. Todos sabem do que aconteceu.

Próximo, por favor.

Aí tem Heliópolis, onde temos série de obras. Na sequência, o Heliópolis Gleba G, depois na outra página temos Heliópolis Sabesp 1, Heliópolis Sabesp 2. Temos Alto da Alegria, Ponte dos Remédios. Estamos finalizando uma obra de um empreendimento que estava para ser entregue. Deve ser entregue em breve. Vamos finalizar a reforma e a continuidade da construção dos outros blocos da Ponte dos Remédios.

Próximo, por favor.

Vou apenas citar, até para não tomar espaço do pessoal do público: Bamburral, Cidade Júlia e Jardim Arnaldo; depois Erundina, que é revitalização, execução de empreendimentos, execução de guias e sarjetas, parte de urbanização e, por fim, temos um pouco da distribuição de como foi previsto. A Sehab apresenta seus projetos para a Secretaria da Fazenda e a Fazenda depois nos dá a fonte de onde virá o dinheiro para custear esses projetos.

Então nós temos, como eu já tinha apresentado anteriormente esse gráfico, no caso, do lado esquerdo de vocês, fala um pouco da distribuição de onde vem os recursos. O que vem do FMH, da Cohab, do Fundurb, do FMSAI, da Operação Urbana e do Tesouro. Depois, o que vem do Tesouro está desdobrado no segundo gráfico, à direita de vocês, que tem uma operação de crédito de 1 bilhão 202 milhões; dinheiro do Governo Estadual, do Governo Federal e dinheiro do Governo Municipal, nós temos aí representados, totalizando o valor que já tinha apresentado anteriormente, de dois bilhões e quase 350 milhões de reais.

Imagino que o João possa falar um pouquinho porque aqui eu encerro, mas ainda temos a previsão de outros recursos que podem entrar com parceria com Estado e com Governo Federal. A gente está na batalha e que obviamente não estão representados aqui ainda na Peça Orçamentária que a gente já mandou a algum tempo para Câmara eu finalizo aqui e passo a palavra.

O SR. JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS – Bom dia a todos, saúdo o Deputado do Carmo, o Presidente da Comissão, Vereador Jair Tatto, a Vereadora Juliana, Vereador Alfredinho, todas as lideranças do movimento de moradia que reencontramos aqui hoje. Rapidamente mesmo é deixar um abraço um bom dia para todos. Eu me coloco à disposição para eventuais dúvidas, perguntas deixo para falar um pouco mais depois a gente abrir o debate.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Junior. O Vereador Alfredinho vai precisar sair, terá que fazer um exame para ficar saudável, ganhar a eleição esse ano, então eu vou permitir.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Ele e eu.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou pedir encarecidamente para fazer a sua saudação e acompanhar depois de forma...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Não, eu estou falando para ganhar a eleição.

O SR. ALFREDINHO – Eu devo voltar ainda, mas é que eu tenho uma consulta que está marcada hoje, estou até atrasado, fiz questão de vir aqui.

Primeiro, bom dia a todos e a todas, cumprimento o novo Secretário João Farias. Nós demos um cascudo nele quando era moleque, né, Jair, mas é uma pessoa que a gente gosta muito, nos conhecemos, e quero parabenizar pela volta à Secretaria. Eu tenho certeza de que o João Farias continuará um bom trabalho que iniciou quando na primeira passagem. Todos os membros da mesa, Deputado Jorge do Carmo, Vereadora Juliana, nós estamos todos aqui, com sono, e vocês estão vendo que as nossas caras estão todas com olheiras aqui, porque ontem a parada foi dura, vocês devem ter acompanhado. E nós estamos aqui no batente já, mas eu queria dizer o seguinte.

Primeiro acho que o recurso destinado sendo executado é um bom recurso. Claro que não vai resolver todos os problemas que nós necessitamos da moradia. Espero que... aqui se aprove o Orçamento e depois uma grande parte dele fica congelado e termina não sendo executado. Então, o que temos de ver e defender e cobrar é para o orçamento ser executado. Se for executado esse volume de recursos, mais dois bilhões, 2,4, dá para fazer um belo de um programa de moradias.

O Programa de relação Fundiária eu sei que tem problemas por legislação, áreas de mananciais, e outros mais. Aqui na Câmara tem um projeto que o João até ajudou esse projeto na primeira passagem dele com o Conselho de Habitação. Você estava aqui. O Zé Turin apresentou e nós assinamos, depois não deu certo, porque o Zé Turin terminou não querendo, tirou o texto que foi acertado com o Conselho Municipal de Moradia. Esse projeto está aqui na Casa pronto para ser votado. Está em pauta, já é uma das pautas, segundo o autor, novo autor do projeto, Vereador Fabio Riva, vai incorporar e aceitar o texto de acordo com o Conselho Municipal de Habitação, e isso vai ajudar bastante a relação fundiária.

Urbanização de favela é outra meta que eu acho importante e que nós temos situações que não precisa construir moradia em lugares que as pessoas já habitam e já estão acostumados, é só dar uma condição melhor de moradia para elas, urbanizarem, para virar uma moradia decente. A gente que anda por aí vemos como é que as pessoas moram em lugares que é possível ter uma moradia decente. Então, outro setor, outra arma que dá também para avançar bastante.

Eu queria dizer o seguinte, João e demais Secretários, eu não sei... pena que eu não posso ficar, mas vocês podem responder para quem vai ficar aqui. Nós temos mais duas operações urbanas, três para acontecer, uma já em pauta: Tamanduateí, essa está em pauta e queremos saber, por exemplo, dentro do orçamento, se já prevê nesse orçamento recursos para essa operação urbana, das novas, que estão para serem votadas. Porque nós sabemos que é uma fonte importante, nós aprovamos aqui, aí é bom saber que naquela Operação Urbana da Água Branca, que nós aprovamos, 150 milhões prioritariamente direto para moradia, eu não sei

como é que está isso, se isso já está sendo executado, acredito que não, porque as vendas do Cepacs ainda não estão, então não sei como está isso, mas está lá, nós aprovamos o texto do projeto 150 milhões iniciais prioritariamente para moradia.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte, lutadores, guerreiros e guerreiras: São Paulo tem uma felicidade talvez diferenciada de todas as demais, que não depende só de recursos da União. A própria cidade tem recursos próprios e aparecem recursos próprios, as operações urbanas é uma delas. Essa de Tamanduateí, nós vamos querer discutir também e meu amigo Sidney Cruz, Sidney Cruz é Vereador, Sidney Pita, nós vamos também no debate dessa operação brigar para que também disponibilizamos prioridade para moradia dentro dessa operação. Vocês sabem que a sua operação é fonte e importante e precisamos aproveitar também se é que não está aqui já dentro da previsão orçamentária a possível aprovação da arrecadação da operação e o possível volume de arrecadação.

Urbanização de favela, relação fundiária, são pontos importantes, além de construções de moradias, porque nós não podemos contar com o Governo Federal. Vocês todos estão acompanhando que essa coisa de Casa Verde Amarela foi para enganar. Eu não conheço nenhuma Casa Verde Amarela entregue aqui na cidade de São Paulo e não sei se no estado entregaram, mas acabaram com programa Minha Casa Minha Vida, esse governo que aí está, e apresentou um projeto Casa Verde Amarela, que até agora, pelo menos aqui no Estado de São Paulo, a gente não viu nada. É isso, podem contar com a gente, estamos juntos nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Alfredo. De forma *on-line*, Carmen Caballeria Ferreira. (Pausa) Seguindo com Juliano Salvatore Fiuza Magnelli, Nair Omena da Costa, a Naná.

A SRA. NANÁ ROOTS – Bom dia a todos, eu vou me apresentar, sou Naná Roots do Instituto ReggArte, vocês estão me ouvindo bem, *ok*, estou em uma região de alta vulnerabilidade social, estou em Americanópolis, nós temos uma residência social inclusiva cultural e nossa fala é justamente com relação aos direitos da pessoa com deficiência.

No ano de 2019, nós tínhamos um recurso maior que 17 milhões, 17 milhões e

alguma coisa, no final do exercício, foram utilizados só quatro milhões em defesa a esses direitos. E nós tivemos casa aqui na região Sul que foi fechada justamente por não ter recursos. Então, nós estamos na luta pelas residências inclusivas, que estão amparadas na LBI, a Lei Brasileira de Inclusão, e nós também estamos na luta pela cultura inclusiva PCD, porque a invisibilidade dos artistas com deficiência é muito grande.

Então nós estamos pedindo uma rubrica na cultura para atender essas pessoas. E nós queremos também pedir neste momento a esta Casa uma rubrica para que todas as audiências públicas desta Casa, todos esses encontros tenham acessibilidade comunicacional, porque é impossível, se é a Casa do Povo, o povo tem que participar, ele tem que opinar, trazer as suas demandas, mas como um deficiente auditivo, ou um deficiente visual, vai chegar com suas demandas, se ele não tem acessibilidade comunicacional? Então, eu acho que é muito importante esta Casa pensar nisso.

Nós temos no Plano Municipal de Cultura, que foi construído em 2015, para ser cumprido até 2025, que garantiria essa questão de acessibilidade em todos os espaços públicos, mas infelizmente hoje nós vemos, nós estamos vendo uma retirada de direitos de uma lei, e eu acho também um absurdo, porque se é uma lei tem de ser cumprida em todos os seus artigos e incisos. E não ver os direitos retirados, porque quando se retira, é como se não se necessitasse. E sim nós necessitamos de respeito e de uma cidade que respeita a diferença.

Falamos de 810 mil famílias com algum tipo de deficiência e nós estamos aqui também pedindo essa rubrica para cultura e também a questão de habitação. Estamos aqui na região da Água Espraiada, Americanópolis, uma região, como já pontuei, com 28 favelas, agora acredito que com muito mais, porque a Água Espraiada passa nessa região há 60 anos e, mais uma vez, está parada e desabriga se não se paga o venal daqueles terrenos. Os donos de terrenos saem das suas casas, entregam, e o Governo não assume. Aí vem as invasões, a violência aumenta gritantemente na região e temos aqui inclusive prédios inteiros abandonados.

Então, nós estamos pleiteando, estamos pedindo uma concessão de espaço para criação da residência inclusiva na região, que é mantida por um coletivo de artistas que estão

passando nesse momento toda a necessidade do mundo porque suas portas estão fechadas. Então, eu gostaria muito que tivessem um olhar específico com relação a essas necessidades.

Quero agradecer as falas que me antecederam, agradeço à Mesa, agradeço a nossa Secretária da Pessoa com Deficiência e, principalmente, as falas que me antecederam, meus amigos, meus amados, meus guerreiros e guerreiras de luta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Sidnei Pita.

O SR. SIDNEI PITA – Primeiramente, bom dia, companheiros e companheiras, que representam a luta da moradia nessa cidade. Segundo, saúdo aqui os companheiros e companheiras, Vereadores e Vereadoras, que estão aqui nesse debate da questão do orçamento da Habitação. Só queria fazer um pedido para o Jair que é o seguinte: passamos quase dois anos, um ano e 11 meses trancados, fazendo reunião *on-line* e hoje temos a oportunidade de dizer o que nós queremos de fato com a questão da moradia nessa cidade. Então, eu peço encarecidamente: se eu passar os dois minutos me deixe porque é difícil a gente não colocar.

Quero saudar o Sr. João Siqueira Faria, nosso Secretário de Habitação, que contribuiu muito com essa luta do Pode Entrar, junto com os movimentos de moradia. Saúdo aqui, Fabiano Calil Colussi, Diretor Financeiro da Superintendência de Finanças; a Sra. Regina Grecco, Secretária Municipal de Pessoas com Deficiência; Sr. Jorge Augusto dos Santos Rodrigues, Chefe de Gabinete e também saudar a nossa grande Vereadora Juliana Cardoso, que em nenhum minuto essa mulher foge da luta em defesa dos trabalhadores; saudar o nosso querido Jorge do Carmo, Deputado também que acompanha a moradia há anos, junto com o Movimento de Moradias e o nosso Presidente da Mesa, Jair Tatto, que conhece o movimento como ninguém e o Alfredinho que passou por aqui também e conhece todos nós e a nossa luta.

Quero dizer, gente, a companheira Verinha fez uma fala que eu comungo com ela. Ontem foi muito triste você olhar trabalhadores sendo agredidos, trabalhadores lutando pelos seus direitos, e passou, de fato, a votação com essa questão da Previdência. Muito duro trabalhadores e trabalhadoras perderem 14% da sua renda salarial por um processo que talvez a gente é que acaba pagando o pato e, quem paga o pato, é o trabalhador.

Quero colocar aqui, não posso deixar de falar, que nós colocamos a moradia como um alicerce da vida da gente, ter um teto, foi muito provável que na época da pandemia, quem tinha uma casa para morar conseguia no mínimo lavar a mão, conseguia tomar um banho e conseguia se isolar no mínimo o que poderia. Infelizmente, hoje, vemos esse retrato das pessoas comendo osso, catando lixo, passando fome e infelizmente a casa que demora a sair porque o poder público não tem condições, não olha de fato com prioridade a quem precisa.

Quero colocar aqui nesse dia desse orçamento que o recurso previsto para o programa Pode Entrar não determina a quais modalidades e recursos que serão aplicados porque o Pode Entrar tem seis janelas, uma delas é exatamente a moradia de habitação de interesse social, que é a autogestão. Nós que temos essa luta nesse segmento precisamos ter isso bem qualificado, qual é a quantidade de recurso que nós vamos de fato produzir moradia nessa cidade para baixar a renda. Quero também dizer que o valor do Fundurb, em 2022, está abaixo do arrecadado em nove meses desse ano.

É preciso rever todas as projeções, reforçar os recursos previstos para habitação e a lei prevê o mínimo de 30%, mas o entendimento é nessas emergências. A lei prevê que nós poderemos usar 30% do Fundurb, seja para a produção habitacional, seja para obra. E, por fim, quero dizer que nessa cidade não há, de fato, uma clareza de qual é o programa habitacional para a área central. A gente fala muito em prédio, prédio, prédio, mas a gente tem que hoje na cidade de São Paulo existem mais de 25 mil moradores de cortiços e não há um programa específico para essas pessoas que pagam caríssimo no seu aluguel para morar numa região que você tem a estrutura total.

Então, a gente acredita, João, que podemos dialogar, da mesma forma que o programa foi feito em quatro mãos, o Governo e movimentos, nós temos de dialogar com essa questão do Orçamento. É humanamente impossível a gente ter previsão de recurso a menos para 2022.

Nós precisamos dizer que o Pode Entrar é uma vertente que supera essa questão do final do Minha Casa Minha Vida, ele tem de ser um programa que tenha o começo, o meio e

não tenha fim, porque nós precisamos que produza habitação nessa cidade e, de fato, com moradia de interesse social. Então, estamos aqui para diálogo. Vou sair daqui logo após o João e o Secretário, que está de volta e vai organizar lá a sua pasta, e que S.Exa. nos chame a união dos movimentos de moradia para uma conversa, pois estamos com a porta aberta para dialogar e vamos construir esse programa juntos.

O que não temos medo é de lutar, nem de acampar. Nós fomos a Brasília de fato na época buscar recursos para ajudar o município de São Paulo, então nós somos parceiros desta Prefeitura, fomos parceiros da gestão, e queremos continuar sendo, mas sabemos o caminho que a gente faz quando não tem o resultado positivo para a classe trabalhadora: é acampar e ocupar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Anuncio que, de maneira *on-line*, estão os Vereadores: Marcelo Messias, Isac Felix, Eduardo Suplicy.

Eu vou chamar de maneira *on-line*, Vereador Marcelo Messias, Vereador Isac Felix e Vereador Eduardo Suplicy. Chamo, para falar *on-line*, o Sr. Rafael Alberto Barbosa. (Pausa) Giovana de Oliveira. (Pausa) Rubens Marcelino. (Pausa) Reginaldo Rodrigues da Silva. (Pausa) Diva Nunes. (Pausa) Claudete Cordeiro dos Santos. (Pausa) Tem a palavra, a Sra. Diva por três minutos.

A SRA. DIVA NUNES – Não vou falar tudo isso. Estou mais interessada no Programa Pode Entrar, para fazer inscrição dos movimentos, e também interessada nas regularizações fundiárias. Aqui na minha região – não só aqui como em São Paulo inteira – nós temos várias favelas, que precisam de, pelo menos, alguma regularização ou mesmo melhoramentos nas favelas. Atendemos uma média de 50 favelas aqui na nossa região do Butantã com comida no prato, com roupas, com subsídios para alimentação, porque eles estão passando fome. Há favela que não têm nem um lugar para se organizar.

Estamos também com o programa de hortas comunitárias para pelo menos ajudar a dar alimentação. Mas nós poderíamos, sim, fazer mais coisas. Mas, com Sehab, Cohab, juntos

poderíamos fazer muito mais.

Por fim, cumprimento a Mesa e o João, que é super mega bem-vindo. Era só isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Da lista presencial: Miguel Gomes, José Luiz Braga, depois, Dr. Jorge do Carmo, que vai precisar sair, então lhe daremos a palavra. Tem a palavra Miguel, por três minutos.

- Assume a presidência a Sra. Juliana Cardoso.

O SR. MIGUEL GOMES – Bom dia a todos do movimento, pessoas de luta. Cumprimento a Mesa e, na pessoa do João, quero cumprimentar algumas pessoas da Secretaria que estão presentes.

Começo repudiando a ação que foi feita ontem em frente à Câmara e dentro da Câmara, quando vimos pedidos para se retirar pessoas do plenário. Isso foi um uso arbitrário da força. Então, quero repudiar essa ação absurda.

Em relação ao Orçamento, acho que os problemas da Cidade não são questão de Orçamento. A Cidade é mal planejada e não gasta o Orçamento que tem como deveria. E, aí, os números são contraditórios. Em 2019, o Fundurb tinha cerca de 147 milhões. Em 2020, tinha cerca de 219 milhões. Em 2021, 44 milhões. Então, precisamos ver a prestação de contas de onde foi gasto esse dinheiro. Não estou tirando isso da minha cabeça, estou falando de fonte do Governo. Sou Conselheiro Municipal de Habitação, e esses dados foram passados para nós. Sem contar a operação de crédito que havia, do Santander, de 130 milhões, e um recurso disponível da Caixa, de 40 milhões. Na operação urbana havia 404 milhões. Para onde foi esse montante de dinheiro, se a Cidade ficou parada durante a pandemia?

Nós tivemos retrocesso na Cidade porque há dinheiro. O que não há é capacidade de gastar. E não é porque não há necessidades, as necessidades estão aí. Gastaram-se 100 milhões no Vale do Anhangabaú para torná-lo cartão postal da Cidade, mas o cartão postal da Cidade hoje são os moradores de rua. Em cada avenida, em cada canto da Cidade nós vemos gente deitada na rua. (Palmas) Esse é o cartão postal da Cidade hoje. Isso mostra uma

incapacidade da Administração.

Então, espero que tenha acabado a pandemia. O Governo não queria investir em vacina, porque se houvesse vacina haveria povo na rua, e eles não querem o povo na rua, querem o povo preso em casa. O povo não pode se manifestar. Então, sem vacina, não havia como ir para a rua. Esse era o plano do Governo.

Orçamento há, recurso há; é só mostrarem onde foi gasto e onde será gasto.

Eu não poderia concluir sem agradecer. É louvável o seu retorno, João, à Secretaria porque nesse tempo em que você esteve fora nós também estivemos fora da Secretaria. Não sei se você sabe disso, João, mas a nossa sala do Conselho, na Secretaria, foi extinta, e fomos proibidos de entrar no prédio. Eu quero fazer essa denúncia ao público. Nós fomos à reunião do Conselho, como você sempre soube na sua gestão. Nós íamos à sala do Conselho desempenhar nossas funções. Chegamos lá, fomos proibidos de entrar e acuados pela segurança que existe lá. Fica o registro. Bom dia a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada. Agora, o Jose Luiz Braga, da Associação Unificadora de Loteamentos, Favelas e. Assentamentos de São Paulo. Em seguida, o nosso deputado Jorge do Carmo. (Pausa) O Suplicy pode ser depois do Jorge? (Pausa)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sim. Me inscrevo para falar. Agradeço se puderem me inscrever.

O SR. JOSÉ LUIZ BRAGA – Bom dia a todos e a todas. Bom à Mesa, composta pelo Secretário e pelos parlamentares.

Quero colocar dois pontos. Primeiro, a questão da regularização fundiária, em que atuamos através da Associação Unificadora, principalmente na zona Leste. Secretário João Farias, seja bem-vindo. Parece um filme repetido. Eu me lembro de que, na última audiência pública, nós participamos como entidade – Associação Unificadora, como loteamentos clandestinos. Atuamos junto a mais de 50 loteamentos na zona Leste. Temos falado nas audiências públicas que a CRF, que é o setor da área de loteamentos, está sucateada. Não tem técnicos, não tem ninguém; e, pelo jeito, ano que vem, vocês verão em vida, se Deus quiser, eu

falando a mesma coisa. Eu vi o Orçamento, 1%. Esse Orçamento não dá nem para fazer Lepac, que é um levantamento do que os técnicos vão fazer na área.

Eu teria vergonha, como Governo, de apresentar isso. Porque regularização fundiária não é pedir, conforme estamos vendo os movimentos lutando, condições de moradia. Regularização fundiária é dar direito, àquele cidadão que foi enganado pelo loteador, pelo grileiro, a ter endereço, a ter uma cidadania. E parece que isso não é prioridade, é prioridade só na hora da eleição ou de se falar com a imprensa, fazer bonito.

Então, João, com todo respeito, não alterou nada na área de regularização de loteamentos. “Ah, o Plano de Metas é esse”; o Plano de Metas não sai do papel. Entra ano, sai ano, estão lá 200 e poucos loteamentos para serem regularizados, mas não saem do papel. Então, quero deixar minha indignação com, mais uma vez, esse Orçamento para regularização fundiária, João. E vamos pedir aqui ao Deputado Jorge do Carmo - um dos idealizadores da luta pela regularização fundiária nos anos 90, que hoje é uma bandeira – que ele nos ajude nessa luta junto à Secretaria para melhorar essa situação.

Por último, gente, minha origem é de favela. Eu nasci na Favela da Vila Prudente, tenho muito orgulho disso. Conheço pessoas ligadas à Favela de Heliópolis, à Favela de Paraisópolis. Está aqui o Dito, com quem eu lutei muito para conseguir a concessão de direito real de uso. Tive também o prazer de conhecer a Juliana há 20 e poucos anos na luta, na Favela do Tanque, no Sapopemba. Então, concluo dizendo que favela não é prioridade para esse governo. Como eu disse: tenho amigos no Heliópolis, que são vizinhos da Vila Prudente, onde moro; e tenho amigos no Paraisópolis. Mas a impressão que dá é que em São Paulo só tem essas duas comunidades, porque só vemos ações lá. (Palmas) Não vemos uma ação em São Mateus, no fundão da zona Sul, no fundão da zona Leste. Parece que o pessoal. Dessas regiões não existe. Era isso o que eu queria dizer. Uma boa tarde a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem. É com muito prazer que recebemos o Deputado Jorge do Carmo, pessoa que eu conheço desde muito tempo nas lutas por moradia, na batalha por regularização fundiária, reintegração de posse. Aprendi muito com

o senhor em toda essa jornada. Tem a palavra.

O SR. JORGE DO CARMO – Bom dia a todos e a todas. Obrigado, Vereadora Juliana, na presidência da Comissão de Finanças e Orçamento. A Vereadora é pessoa com quem tenho uma relação bastante próxima; nutro um carinho especial por você e pela sua luta e trajetória, que se confunde com a minha. Temos uma trajetória muito parecida, que é a do movimento social, da luta pela moradia, pela regularização, por uma sociedade mais justa e igualitária.

Cumprimento o nosso Secretário João Farias. João, seja bem-vindo de volta. Como disse você, o bom filho à casa torna. Estamos felizes por você ter voltado para a Secretaria. As pessoas que me antecederam já falaram que realmente a Cidade está precisando de gestão, de ação. A Secretaria de Habitação tem sido, infelizmente, é palco de negociação na política; vejo isso com tristeza. A Secretaria de Habitação é para produzir políticas públicas, não para barganhar, negociar apoio da Câmara Municipal ou do Governo. Não estou fazendo uma denúncia, mas dirigindo um lamento, de que às vezes a política nesta cidade é conduzida dessa maneira.

Saúdo a Verinha, menina que eu conheci também na luta, no mandado do nosso sempre companheiro de luta Henrique Pacheco, com quem aprendemos bastante. Saúdo o Sidnei Pinto, nosso coordenador do setorial de habitação no município de São Paulo. Saúdo o companheiro Alexandre Bonfim, o popular Kiko, grande companheiro da luta por moradia. Do Benedito Barbosa, Dito, eu já falei, ele dispensa apresentações. Saúdo o companheiro José Luiz Braga, que acabou de falar, que representa, junto com a Kátia Regina, a nossa gloriosa e insuperável Associação Unificadora de Loteamentos, Favelas e Assentamentos de São Paulo.

Secretário, em que pese a pandemia, eu e o Vereador Jair Tatto, Presidente Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, vimos que na peça orçamentária que Orçamento aumentou, tende a aumentar de 67 bilhões para 79 bilhões aproximadamente. Quero dizer ao público – ao qual também cumprimento – que dinheiro não é problema. A previsão orçamentária é de que tenhamos um Orçamento melhor. Assim também no Governo do Estado,

Secretário. No Governo do Estado, o Orçamento de 2021 é de 260 bilhões, e a previsão para 2022 é de 286 bilhões. Ou seja, estamos aumentando a arrecadação. Logo, não há que se falar que falta dinheiro para a habitação, Vereador Jair Tatto; não há que se falar em falta de recursos. Pode a habitação não ser prioridade, pode-se não investir naquilo que é necessário. Ouvimos o que o José Luiz disse há pouco. Como pode, Secretário – e V.Sa. pode ajudar a melhorar isso - , uma cidade como São Paulo destinar para um Orçamento 25 milhões, 1,1%, Vereadora Juliana, para regularização fundiária? É vergonhoso. Não é possível que a gente queira, Sidnei, fazer regularização fundiária nesta cidade com 25 milhões. Não dá para nada, não dá sequer para fazer o Levantamento Planialtimétrico Cadastral – Lepad, como bem mencionou o Zé Luiz.

Então, é preciso levar a política de habitação a sério. Foi possível, depois de um esforço que foi feito pelo Secretário e pelos movimentos sociais da União e de diversos outros movimentos, rascunhar, desenhar, discutir as minúcias da lei, artigo por artigo, inciso por inciso, para aprovar um programa, Kiko, denominado Pode Entrar. Agora, será que as pessoas vão poder entrar? Se não houver dinheiro para esse programa, ninguém vai entrar em lugar nenhum. As pessoas vão continuar, como foi dito, morando em situação de rua, que é o que estamos vendo. E o Dito e vocês vêm travando uma luta árdua para defender essas pessoas que não têm o que comer, quiçá uma casa.

Então, é preciso se levar a sério. Estamos falando de um Orçamento de 2 bilhões e 349 milhões. Não é possível que desse montante apenas 25 milhões sejam priorizados para regularização fundiária. Evidentemente, temos outros 14% para urbanização de assentamentos precários. Isso também quer dizer que podem ser feitas obras de infraestrutura, Zé Luiz, para loteamentos. Estou entendendo assim. Porque urbanização de assentamentos precários diz respeito àqueles loteamentos que você mencionou, aqueles cerca de 4 mil ou mais que há nesta cidade, que poderão ter investimento de obras públicas, melhoria da qualidade de vida, urbanização: água, luz, iluminação, asfalto, guias, sarjetas, drenagem. Isso também é urbanização, isso também é qualidade de vida. Estou vendo aqui que 14% do Orçamento pode ser destinado para isso. E pode, Secretário, salvo melhor juízo – e vamos ouvir V.Sa. -, também

ser destinado ao Programa Pode Entrar. Porque entendi que o Programa Pode Entrar pode ser para construir unidades e pode também ser para fazer melhorias.

Então, é preciso que a gente tenha um Orçamento melhor. Eu clamo aos Vereadores e às Vereadoras que a gente pense um pouco melhor, porque a saúde é prioridade, a educação é prioridade, o transporte e a mobilidade urbana são prioridades e a moradia é também prioridade. Porque moradia é um direito social e constitucional previsto na nossa Carta Magna.

Então, Vereador Jair Tatto, quero agradecer pela acolhida, pelo carinho desta Casa. Vereadora Juliana, a quem rendo minhas homenagens, eu tenho um carinho especial por S.Exa. e a nobre Vereadora sabe disso. Não preciso fazer média, porque S.Exa. nem precisa disso. Eu tenho muito carinho por esta Casa. Eu nunca fui Vereador, nunca tive oportunidade de ser Vereador, mas, em estando Deputado, eu sempre fiz questão de vir aqui na discussão do orçamento da Habitação, porque é uma bandeira de luta do nosso mandato. Eu gosto muito, e milito nessa área. (Palmas)

Eu estou Deputado, mas sou militante do movimento social, do movimento de moradia. Um beijo no coração de vocês. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, meu Líder da nossa bancada do PT.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Muito bom dia, querida Presidente em exercício, Vereadora Juliana Cardoso; querido Vereador Jair Tatto; prezado Secretário João Farias e Deputado João do Carmo. Primeiramente gostaria de desejar boas-vindas ao Sr. Secretário João Farias e seu retorno à Secretaria da Habitação, num momento especialmente importante para esta pasta, quando há necessidade de uma política habitacional mais abrangente, sobretudo voltada às famílias de baixa renda, em situação de vulnerabilidade. Isso tem sido muito agravado no período da pandemia.

Na última reunião da comissão extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, em 04 de novembro, foram convocados os Secretários da Habitação, e da Segurança Urbana, e da Coordenação da Defesa Civil para prestar esclarecimentos a respeito das vistorias

dos grupos de trabalho intersecretarial, criado pela portaria 648, da Secretaria da Habitação. Na oportunidade, o representante da Secretaria da Habitação, Sr. João Carlos, apresentou a informação de que algumas ocupações teriam a recomendação de desocupação dos edifícios, em virtude dos relatórios da visita, mas não pôde precisar mais informações ou assinalar quais seriam os edifícios ou mesmo apresentar alternativas de reassentamento em eventuais remoções.

Tendo em vista as consequências trágicas que a desocupação poderá desencadear, à necessidade premente de se apontar alternativas à situação, peço, em regime de urgência, que possamos dialogar, na presença do núcleo de mediação de conflito, para que conheçamos os dados da realidade, que, conjuntamente ao Poder Legislativo, busquemos alternativas e soluções para a situação, inclusive prevermos, no orçamento, recursos para assessoramento e implementação de melhorias estruturais nos edifícios subutilizados pelo movimento de moradia, que faz uma luta dentro da legalidade, pelo cumprimento da função social da propriedade e pela implementação de política habitacional efetiva diante do enorme *déficit* habitacional em São Paulo e no Brasil.

Também avalio que seja importante mencionar que há um número expressivo de representantes dos movimentos de moradia à porta da Câmara Municipal, com uma carta, com um elenco de medidas que devem ser consideradas e, dentre elas, que sejam discriminados os recursos do Programa Pode Entrar, de acordo com a modalidade, que haja garantia de aporte de recurso para o Programa Casa da Família, para aporte aos remanescentes da Minha Casa Minha Vida a entidades, ampliar recursos para a urbanização das favelas, regularização fundiária e isenção social, para melhorias em cortiços ou moradias para idosos ou mulheres vítimas da violência.

Eu vou solicitar a minha Assessoria que - porque eu estou hoje trabalhando virtualmente aqui, na minha residência - possa encaminhar, em mãos, a cópia dessa carta aberta à população e à Câmara Municipal, em defesa do orçamento para a moradia popular, datada de hoje, 11 de novembro de 2021.

Sr. João Farias, gostaria de transmitir que, na história dos programas habitacionais, eu sempre considerei muito importante as formas de cooperação entre os próprios moradores, como se costumou fazer desde os tempos da Sra. Luiza Erundina, nos projetos de moradia popular.

E eu gostaria de transmitir ao Sr. Secretário João Farias que há um professor da Universidade de São Paulo, Sr. Sabetai Calderoni, que tem uma proposta de fazer com que aquelas pessoas que trabalham com material reciclável, sobretudo em cooperativas, ou que possam formar cooperativa de material reciclável, possam transformar o material reciclável, nas usinas da Amlurb, em materiais de construção, paredes, portas, móveis e assim por diante, e que possam construir depois a sua própria moradia.

Eu gostaria de pedir a atenção do Sr. Secretário João Farias, se puder receber o Prof. Sabetai Calderoni, para que ele apresente essa proposta pessoalmente a V.Exa.

Eu agradeço sempre a atenção que teve para comigo e aqui renovo a minha vontade de continuar colaborando em benefício da melhoria das habitações para a população mais carente e de todos os paulistanos.

Parabéns, nobres Vereadores Jair Tatto e Juliana Cardoso e todos que estão colaborando. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu que agradeço, Papito.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Anuncio a presença do Sr. Alex Peixe, Presidente da Cohab. Venha sentar com a gente. Seja muito bem-vindo. Estamos com todo mundo aqui.

Para a gente conseguir acelerar e a gente ouvir todo mundo e também a fala dos nossos Secretários e do Sr. Presidente, vamos falar por três minutos.

Terá a palavra a maravilhosa dona Olguinha. Ela arrasa. Todo mundo fala: “Se está cansado, pega a energia da Dona Olga.” Aí vão ver o que é guerra.

Tem a palavra a Sra. Olga Quiroga.

A SRA. OLGA QUIROGA – Bom a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Bom dia.

A SRA. OLGA QUIROGA - Também cumprimento a todos os Srs. Vereadores que estão aqui presentes e o Sr. Secretário de Habitação. Muito obrigada por S.Exas. estarem aqui, para nos escutarem. Espero que a gente possa sair daqui escutando o que a gente quer escutar.

Eu sou a Olga Quiroga. Eu sou representante do Garmic, Grupo de Articulação de Moradia de Idoso da Capital, A gente está nesse movimento fundado em 1998. A gente tem 23 anos de atuação. Somos idosos que lutamos. Somos todos do segmento vulneráveis, porque entre os idosos, há mulheres vítimas de violência e também cadeirantes.

Então, a gente está aqui querendo saber como que esse orçamento vai ser destinado, se a gente vai conseguir minimamente o projeto de locação social por cada subprefeitura, para atender aos idosos em sua própria região, porque muitos dos idosos têm dificuldade de se mudar da região, porque o seu sustento depende muito de seus vizinhos.

Eu acredito que a maioria daqui conhece nossa luta, conhece que todos os dias vão onde podem e apoiam todo o movimento que há na Cidade, porque todos somos seres humanos e todos precisamos de luta; mas o idoso, hoje em dia, está sendo esquecido. A gente tem que falar, tem que gritar ou cantar, para que saibam que a gente está presente. Estamos sendo muito esquecidos. Há muitos idosos falecendo e ninguém está preocupado com isso; só o Presidente da República, porque S.Exa. dá graças a Deus quando um idoso morre, porque vai ter uma aposentadoria a menos para pagar.

Eu gostaria que todos soubessem que um idoso que ganha uma aposentadoria de 1.100 reais tem dificuldade até em morar num cortiço, porque, no cortiço, ele paga um aluguel de 700 ou 800 reais. Eu visitei um cortiço onde o idoso não pode ter televisão, porque a energia é cara. Não pode ter um fogão, porque pode causar incêndio. E não pode ter geladeira, porque não tem o que colocar dentro da geladeira. Então, como fica? Paga 700 reais e não tem nenhuma condição de vida.

Eu trabalho por dignidade do idoso, pela pessoa idosa, porque se não tinha dignidade

enquanto vivia, minimamente que morra com dignidade.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Podem passar álcool. A pandemia ainda não acabou.

Tem a palavra a Sra. Marisa.

A SRA. MARISA – Bom dia, companheirada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Bom dia.

A SRA. MARISA – Bom dia à Mesa. Bom dia. Saúdo especialmente também, na Mesa, a volta do Sr. João. Temos muito trabalho, muito trabalho, não, Sr. João?

Vou ser bem breve na minha fala. Faço parte do Movimento Sem Terra Leste 1 e sou filiada ao UMM, União dos Movimentos de Moradia. Também sou conselheira municipal de habitação.

Primeiro, eu queria só fazer um pedido, já aproveitando a fala de alguns companheiros. Como o Sr. Miguel falou, nós, como conselheiros, não aguentamos mais fazer reunião *on-line*, virtual. Então, já aproveitando que o Sr. Secretário está aqui, na mesa, peço para que a gente volte a fazer reunião presencial, olhando olho no olho. É muito importante para a gente, porque a gente está cansado de fazer reunião dessa forma, e a gente quer que as coisas avancem. A gente precisa que realmente esse montante de recurso que é apresentado para a gente seja, de fato, ali, presencialmente, apresentado para a gente e que realmente seja executado.

A gente, enquanto conselheiro, vê muitos números, e a gente pensa: “Nossa, será que vai ser executado? Será que esse dinheiro vai ser colocado em prática?” A gente viu que a gente tem um montante de 25 milhões para regularização fundiária. Eu moro num conjunto habitacional que foi construído numa área, no Inácio Monteiro, que, até hoje não foi regularizado.

Em toda a nossa reunião, em todo o nosso encontro e em toda a apresentação do orçamento, falam que vai ser executado para regularização fundiária. E a gente sabe a Cidade aumenta cada dia mais. Dificulta ainda mais a nossa situação, porque a gente vê as nossas

famílias morando precariamente. Só que isso não sai do papel.

Então, a gente fez uma atividade agora em agosto. No dia 8 ou 10, a União fez uma atividade e a gente falou isso. Nas nossas pautas, havia a questão da regularização fundiária, só que isso não sai do papel, não avança.

A gente ouve falar que estão montando quadro para avançar na questão da regularização fundiária, só que não avança.

Sr. Secretário e todos que estão sendo representados pela Cohab, então, a gente precisa que isso realmente saia do papel. A gente está cansado de só ouvir números, quantidade de milhões, quantidade de bilhões, porém, a gente vê, a cada dia mais, que não é usado, não é usado. Por quê? Por causa da burocracia. O pessoal brinca quando eu falo que a gente vive num País burrocrático. O que significa isso? Há muita burocracia e menos prática em ação das coisas que têm que ser executadas.

Então, eu peço aqui, enquanto conselheira, que a gente volte a ter reunião presencial e principalmente que esse montante de dinheiro seja usado na prática, para não voltar recurso e a gente, a cada dia mais, ter menos recurso para realmente ser usado para Habitação de Interesse Social, para aporte e para regularização fundiária, e a gente atender aos nossos idosos e as nossas famílias que estão vivendo em área precárias e principalmente as mulheres, que, cada dia mais, aumenta a violência e a gente não sabe como vai atender a nossa demanda.

É isso, companheirada. Viva a União, e continuamos na luta. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Kiko.

O SR. KIKO – Boa tarde a todos. Sou da ULC, Unificação de Luta aos Cortiços e Moradia. Estou como conselheiro, também pela União e pela ULC. Queria agradecer a todos que estão presentes aqui, especialmente S.Exa., de ter voltado. A gente ficou todo esse tempo parado, e eu não tive nem o prazer com conhecer o Sr. Secretário. Para mim e para todos os conselheiros, o Sr. Secretário está do seu lado, porque era S.Exa. que fazia a reunião com a gente. O Secretário entrava e, em dez minutos, saía. Se eu estiver mentindo, alguém que me corrija. Falava boa tarde e saía da reunião.

Então, concordo com o que a Sra. Marisa falou, que a gente tenha reunião presencial, e vamos colocar, em prática, o que a gente construiu. Ficou parado, tudo congelado.

Aproveitando que a Cohab está aqui, venho reforçar a fala da Sra. Marisa. Eu morei no conjunto habitacional Teotonio Vilela. Em 1981, fui mudar para lá. É um absurdo. Até hoje, há gente que não tem a escritura do apartamento. Paga, paga, paga e não consegue regularizar, gente. Que negócio é esse? A Cohab não construiu mais nenhum conjunto como aquele. Só está arrecadando. E para onde vai esse dinheiro? A gente precisa de prestação de conta, porque as pessoas, além de pagarem, pela vida inteira, a prestação, ainda têm que pagar no cartório?

Srs. Presidente, nobre Vereadora Juliana Cardoso e nobres Vereadores aqui, tem que haver um projeto que dê isenção para esse povo que paga a vida inteira; e tem que pagar ainda escritura? Tem que ser gratuita. Já pagou o apartamento e aí inventam para o plano mil, plano dois mil. Estão pagando dois ou três apartamentos. É um absurdo isso.

Falarei outra coisa aqui, para finalizar. Não vou ser repetitivo. Eu estou pelo conselho municipal, representando o Fundurb. Então, é um absurdo. Essa apresentação tem que melhorar. É muito baixa.

Enquanto a gente estava na luta com pandemia, o que estava acontecendo na cidade de São Paulo? Especulação imobiliária subindo vários edifícios. E para onde está indo o dinheiro de outorga onerosa? Pagam. Outorga onerosa é o dinheiro que vai para o Fundurb. Então, tem que haver dinheiro. Está errado isso. Têm que aumentar, porque estão fazendo um monte de prédios e a outorga onerosa é uma certidão que pagam, para poder levantar os edifícios. E para onde está indo esse dinheiro? É muito pouco, e a gente vai lutar. A gente sabe que é apenas uma apresentação aqui.

Sra. Presidente, esperamos que não saíamos mal no dia de ser votado isso, porque é um absurdo a gente do lado de fora ouvir o Presidente desta Casa mandar o policial tirar uma mulher aqui de dentro. É uma vergonha isso. Que sirva de exemplo, pessoal. A gente teve oportunidade de não deixar isso acontecer, mas preferiram continuar com o que está aí. Então, a gente tem oportunidade de, no ano que vem, de, pelo menos, a nível nacional, a gente mudar

um pouco este País.

É isso. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Vani.

A SRA. VANI - Bom dia a todas e todos. Eu quero, em nome da única mulher na Mesa, nossa querida Vereadora Juliana Cardoso, cumprimentar os demais membros da Mesa.

Eu me chamo Vani, sou representante do Movimento Habitacional e Ação Social, no qual nós temos dois projetos que estão em andamento. Também sou filiada e faço parte da Executiva da União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo.

Na apresentação do Jr., ele fala em parceria com o Governo Estadual e Governo Federal. O que quer dizer essa parceria? Eu quero, aqui, João, defender uma sigla no Orçamento, que é muito importante, sobre aporte. Embora o programa Minha Casa, Minha Vida foi extinto pelo governo genocida Bolsonaro, nós temos, em andamento, ainda pelos critérios do programa, alguns projetos que estão ainda vigentes, que é a Fase 1 que estamos aguardando a finalização da aprovação do projeto em SMU, para que contratemos a Fase 2. Contratando a Fase 2, inicia-se a obra desses empreendimentos.

Esses empreendimentos têm um orçamento desde 2014. Na época, quando nós aprovamos esse orçamento, o saco de cimento custava, em torno de 17 a 20 reais. Hoje, um saco de cimento está custando em torno de mais de 40 reais, 36 reais. E com o aumento do material de construção, nós vamos precisamos ter um aporte. Não estou falando só do aporte da entidade do MOAS, do projeto Santa Sofia. Tem outros companheiros aqui também que estão com projetos da Fase 1 contratados, aguardando a virada para contratação da Fase 2.

E por que nós ainda não contratamos esses projetos? Por dificuldades de aprovação nos órgãos públicos. Eu vou citar, aqui, o caso do Santa Sofia, que levou 5 anos para aprovar na Cetesb.

Portanto, eu quero aqui defender que haja uma sigla para aporte do Município para esses projetos.

A Vereadora Juliana já me sinalizou que meu tempo está esgotado, mas, é isso e só

mais um minutinho.

João, quero aqui também, como todos os meus colegas, dizer que a sua volta é muito importante porque, embora você esteja no Partido Progressista, mas você ouve os movimentos sociais; você dialoga conosco; você conversa; e nós não temos avançado. Por isso é muito importante que avancemos nos nossos encaminhamentos para que possamos chegar na nossa base e falar: "Olhem, isso aconteceu de uma forma positiva". Sabem, várias reuniões que nós tivemos com Sehab para agilizar a aprovação dos nossos projetos, para contratarmos no Programa Pode Entrar, lamentavelmente, não tivemos avanço.

Então esperamos que tenhamos esses avanços para que, no ano que vem - não acreditamos que neste ano saia qualquer contratação -, mas no ano que vem gostaríamos de poder contratar os projetos aí do programa Pode Entrar. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Maria de Fátima é a próxima. Por favor, passe o álcool. E a Mara de Souza, peço que já fique aqui perto, é a próxima.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA - Bom dia a todas e todos. Meu nome é Fátima, sou do Movimento de Moradia da Região Sudeste, filiada ao MM, também Conselheira Municipal de Habitação. Dou bom dia a todos os membros da Mesa. Na pessoa da Vereadora Juliana Cardoso cumprimento todos os Parlamentares, o Deputado presente, ao nosso querido João Faria que está voltando à Secretaria de Habitação, seja bem-vindo João. Saúdo o Presidente da Cohab Alexandre Peixe; também saúdo nosso Presidente Adjunto, o Júnior.

Todos nossos companheiros colocaram aqui bastante coisas pertinentes. Mas quero expor aqui João, veja, temos 8 pontos na nossa Carta Aberta da União, e gostaríamos de uma resposta concreta nesses 8 pontos.

Quero focar um pouco na questão do Orçamento para 2022. O Orçamento de 2022 apresenta uma baixa de 157 milhões para a Habitação para 2022. Isso é muito grande. Estamos tendo um trabalho constante no Conselho Municipal de Habitação.

Esse tempo todo de pandemia não paramos um segundo e continuamos discutindo a questão do Programa Pode Entrar. Mas é mesmo para a gente entrar. Nós não queremos o

Programa Pode Entrar para ficar na porta. Queremos entrar! E para entrar precisamos do Orçamento. Precisamos do Orçamento de Habitação para que consigamos, realmente, construir casas nessa cidade de São Paulo.

Porque, hoje, vejam, o Orçamento é muito pouco. E se formos ver a questão dos empreendimentos que estão para ser contratados, esperando aí, só estamos esperando João que consigamos soltar esse decreto e essa resolução para que façamos a contratação na cidade de São Paulo, ainda este ano; que consigamos ainda este ano contratar todos os projetos que estão aí esperando e já aprovados.

E quero aproveitar também, já que o Sr. Peixe está aqui, e nós sabemos que há vários editais e vários projetos, todos da Cohab, que tenhamos também, Secretário João e Secretário Peixe, a ajuda na agilização das coisas que estão pendentes. Temos processos pendentes na SMU, coisinha de nada. Aí quando está tudo encaminhado, tipo vai sair o alvará, dizem que faltou um carimbo. Poxa, faltou um carimbo da Cohab num projeto, hoje acabei de ficar sabendo, porque me ligaram aqui antes de eu vir a essa tribuna, que, por causa de um carimbo da Cohab, não vai sair o alvará para contratação. Isso é um absurdo. É um absurdo para nós da cidade de São Paulo!

Agradeço a todos, já passou meu tempo, mas nós não vamos parar de cobrar, nem parar de lutar para nossa Habitação. Viva a moradia! Viva a União dos Movimentos de Moradia! E Pode Entrar já! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Mara? E, em seguida, o último, que é o Dito.

A SRA. MARA DE SOUZA - Apesar de já ter passado meio dia, vou pedir licença a todos e desejar ainda um bom dia para todos, mesmo que estejamos chegando na tarde de hoje.

Quero dizer que estou muito feliz de estar aqui, nesta tribuna, hoje, depois de um ano e onze meses enclausurada por causa da Covid, assim como todos vocês. Ainda tenho esse medo, mas esse um ano e onze meses realmente nos afastaram de estar na rua, quer dizer afastou um pouco, porque continuamos a luta durante esse período de pandemia, porque

continua sendo necessário.

E se faz necessário justamente por isso: desde o ano passado, em setembro, dia 10 de setembro do ano passado, que nós fizemos um ato, no meio da pandemia, mesmo considerando ter sido um risco, mas um risco muito necessário por causa de não se ter recursos para a Habitação. E também pela quantidade de pessoas que moravam de aluguel e foram parar nas ruas. E nós, do lado, vendo nossos vizinhos, parentes e conhecidos indo parar na rua, porque estavam sendo despejados no meio da pandemia porque reduziram os salários, fora os que ficaram desempregados.

Quero dizer ainda que, realmente, é uma vergonha, esse orçamento de 25 milhões para fazer regularização fundiária. Eu estou nesse processo. Minha comunidade está nesse processo de regularização. Mas eu não vim falar da minha comunidade não, é só um exemplo, tá pessoal? Eu vim falar no geral, por todos.

A minha comunidade está no processo de regularização fundiária há 13 anos. Há 13 anos a passos lentos e, agora, travou no cartório. Não sei o que acontece. Quando vai para o cartório fica anos e mais anos para sair a tal da matrícula. Então, uma vez que já se sabe que no cartório tem de ter um X a mais de recurso para poder sair essa matrícula de cartório e entregar para as famílias, por que não está no orçamento esse valor? Por que já não põem? Olha: "Tem X comunidades no cartório para matrícula, existe, sei lá, cem moradias para tal comunidade, precisa de X no orçamento para liberar essa matrícula", então, por que já não está no orçamento de vocês isso? Por que vocês não colocam isso no orçamento? Por que ficam passando anos, e mais anos, essa mesma desculpa para regularização fundiária para liberar essas matrículas no cartório?

A luta da moradia é muito boa porque ela nos obriga a estudar! Nos obriga a estudar, para termos ciência e sabermos o que estamos fazendo, o que estamos falando e o que vamos cobrar. Durante esse processo, eu tive de ir para uma graduação, agora estou em busca de uma pós e, assim, estudar justamente nesse tema de regularização fundiária.

Quero fazer um pedido também aqui, aproveitar esse momento, estamos numa luta

tremenda para conseguir acesso à água para uma comunidade lá no Marsilac. Costumamos dizer que, da ponte para cá, nada acontece. (Pausa) Já vou finalizar.

Da ponte para cá nada acontece, tem uma comunidade no Marsilac há mais de 30 anos, consolidada, casas de alvenaria, até tudo bonitinho, e eles não têm água encanada. E sabe o que a Sabesp fala? Que a Secretaria de Habitação precisa regularizar a área para poderem receber a água encanada. Peço que vocês busquem essa informação e ajudem essa comunidade a ter o acesso a água e, com isso, sua dignidade de moradia completa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARA DE SOUZA - O nome da comunidade, no Marsilac, é Jardim São Pedro, km 47, para ficar bem específico. É no km 47. Tem comunidades muito além dela, muito para cima, que conseguiram a água, mas depois que entraram na Justiça. E a gente conseguir, primeiro, no diálogo. Está bem? Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Agora, o Dito e, na verdade, o Fabio Siqueira será o último.

O SR. BENEDITO BARBOSA (DITO) - Vamos passar rapidinho. Boa tarde para todo mundo. Não almoçamos ainda. Estávamos ontem aqui também, na Câmara Municipal. Estavam também a Vereadora Juliana, o Vereador Tatto, ele não está aqui agora, mas esteve conosco, o Vereador Suplicy também e outros Vereadores.

Acompanhamos, ontem, a batalha campal que aconteceu na porta da Câmara Municipal e foi muito triste ver servidor público apanhando da Polícia, da GCM, na porta da Câmara, bombas de gás lacrimogênio, bomba de não sei mais o que, uma verdadeira guerra na porta do Legislativo para descontar 14% da pensão e do salário dos servidores. É muito triste, nessa pandemia, os trabalhadores pagando, de novo, a conta da crise. É muito duro e muito difícil para os trabalhadores e para todos nós, aqui, da Cidade.

A mesma coisa também em relação ao povo sem teto. Estamos vendo, na pandemia, o aumento da população em situação de rua; o aumento dos despejos; o aumento das ocupações; e o empobrecimento da nossa periferia.

A Mara mesmo falou sobre o acesso à água nas nossas comunidades, e nós formamos, João, aqui, na Câmara Municipal - e queria mesmo fazer esse registro e já também aproveitar para desejar as boas-vindas, já lhe mandei uma mensagem desejando boas vindas - um grupo de trabalho junto com a Comissão de Direitos Humanos para acompanhar a situação do acesso à água nas ocupações. Porque, veja, lideranças foram presas durante a pandemia, acusadas, infelizmente, de furto de água e energia.

E, acredite você, João, que a Secretaria de Habitação se recusou a participar desse grupo de trabalho para a garantia do acesso à água pelas ocupações. Então eu queria já pedir esse compromisso por parte da Secretaria para acompanhar esse grupo formado, aqui, pela Vereadora Erika Hilton, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, e também pelo Vereador Suplicy, para que possamos encaminhar o acesso à água, bem como o acesso à energia elétrica, para as ocupações na cidade de São Paulo.

Uma segunda questão, o Vereador Suplicy já leu um pedaço dessa Carta, certamente todo mundo já falou da nossa Carta, mas quero pedir que ela possa ser consignada em Ata, bem como nas Notas Taquigráficas da audiência pública para que, depois, possamos obter a resposta de cada item da Carta Aberta.

Uma terceira questão, que nós queríamos comentar aqui é sobre os gastos da Habitação. Está aqui presente o Sr. Peixe, Presidente da Cohab, lembrando que tivemos, no ano passado, fizemos um levantamento e a Mara comentou isso também, que os movimentos sem teto passaram a estudar mais, a ler mais, para entender a questão orçamentária, é um absurdo não se gastar nem 50% do orçamento da Habitação na cidade de São Paulo.

Nós pedimos para destinar o dinheiro, a gente luta pelos recursos, a Câmara Municipal coloca os recursos no Orçamento, mas, depois, a Secretaria de Habitação não gasta os recursos, Vereadora Juliana.

Concluindo, eu queria pedir só isso: que possamos garantir a ampliação dos recursos - como aqui já foi pedido nas diversas áreas -, mas, fundamentalmente, que os recursos da área habitacional na Cidade sejam verdadeiramente gasto. Que de cada recurso não sobre nada no

Caixa da Habitação no próximo ano para garantir que tenhamos mais moradia e acesso à casa, bem como à regularização fundiária, na cidade de São Paulo.

Viva a moradia popular! Viva o acesso à terra e à moradia na nossa cidade! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Dito. Fabio, tem a palavra.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Boa tarde a todos e todas. Muito obrigado, Vereadores Jair Tatto e Juliana Cardoso pela minha restituição de fala. Cumprimento também o Secretário João Faria e sua equipe. E vamos aos assuntos.

Infelizmente o ano de 2020 pode ser considerado o pior ano dos orçamentos da história da Secretaria de Habitação desta cidade. É lamentável e não tem explicação que um ano de pandemia se execute apenas 15 milhões de reais na área de regularização fundiária. Isso é uma vergonha. É um vexame total. Nem nos piores tempos do finado Prefeito Celso Pitta foi gasto tão pouco em regularização fundiária como no ano passado.

A Secretaria deve uma explicação porque só executou isso. E somando todas as regularizações: a do Fundo Municipal, da Cohab, da própria Secretária. Lamentável! É o pior dado.

Construção de novas moradias. Provisão: só se gastou, no ano passado, 198 milhões de reais, também a pior execução dos últimos tempos. Não chega a 200 milhões de reais.

Programa Mananciais. Sabem quanto se gastou no ano passado? Doze milhões de reais. Quer dizer, vai se encerrar o programa. O programa deve falar. E, olha, o Presidente desta Casa, Milton Leite que fala com tanto orgulho, deve ser cobrado. Ele e os filhos dele: Alexandre Leite, Milton Leite Filho, pois, em Mananciais não dá para gastar um milhão por ano apenas. Queremos explicação de porque isso aconteceu.

E no Orçamento desse 2021 a urbanização de favelas. É também o pior de todos os tempos. De janeiro a outubro deste ano só se executou 39 milhões de reais. É assustador! É a pior execução de urbanização de favelas desse ano 2021 dos últimos tempos.

E inventaram, me desculpem, são programas eleitoreiros, o Casa da Família; PPA Habitação. Casa da Família gastaram um montão de dinheiro ano passado: eleição. Esse ano

sabe quanto gastaram? Zero! De janeiro a outubro não se liquidou nenhum centavo do Programa Casa da Família. Deve ser uma invenção bem ruim da cabeça estranha do Sr. João Doria Jr., o famoso “Bolsodoria”. Não esqueçam que o Sr. João Doria Jr., o “Bolsodoria”, inventou mais essa coisa para a Cidade chamada Casa da Família, cuja dotação não se executa.

Por outro lado, dotações históricas não aparecem, nosso mutirão, nossos cortiços, morar no centro. A verba do Conselho Municipal da Habitação não consta aqui; fecharam até as salas. Verba para provisão do fundo, 8 milhões, nada executado neste ano de 2021; verba para unidades habitações, 15 milhões, executados 41 mil reais. Eu gostaria de saber por que isso está acontecendo, Sr. Secretário, por que tão baixas execuções. Construções habitacionais, 15 milhões, nada executado. Do PPA, eu já falei. Para recuperação de fachadas históricas da área central, nada executado. Por que existe essa dotação e ninguém executa nada?

Para encerrar, gostaria de também saber quando vai acabar a questão eleitoreira, o uso eleitoreiro do Programa Casa da Família. Elegeram finado Prefeito Bruno Covas, que fez uma gestão tão ruim quanto o Prefeito Celso Pitta. Infelizmente o Prefeito Bruno Covas morreu prematuramente, mas temos que falar que ele não fez uma boa gestão na área da moradia popular de São Paulo. E por quê? Porque o seu patrão é um genocida chamado João Doria Jr., o “Bolsodoria”.

Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Vereadora Juliana e, após, as considerações do George, as da Secretaria Silvia e, por fim, as do Secretário João Farias.

Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Bom dia a todos e todas. Eu estou muito feliz de hoje nós termos conseguido nos encontrar presencialmente depois de tanto tempo de reuniões virtuais. Acho que é importante o olho no olho com os Secretários, com o Presidente, o Executivo presente. Eu acho que a gente precisava muito desse retorno, apesar de a pandemia não ter acabado; apesar de vacinados, os cuidados precisam continuar para a gente não ter mais

perdas. Aproveito a ocasião para mandar um abraço à Dona Olga pela perda da Neide, que, com certeza estaria aqui participando desta audiência pública, como sempre fez. Dona Neide presente!

- Aplausos no recinto.

A SRA. JULIANA CARDOSO – João, eu estou feliz por você ter voltado e já estou pedindo uma tarde inteira só para o meu mandato, porque a gente tem muita demanda reprimida, em que pese algumas vezes o Secretário Adjunto nos ter recebido. Porém, às vezes falta a resolução da demanda, porque não adianta só nos reunirmos e a demanda ficar represada, sem ser dada continuidade. Eu sei que você está retomando, mas, ainda este ano, eu queria muito que você me recebesse para a gente falar sobre regularização fundiária, porque não tem como mais a cidade de São Paulo, que tem uma equipe tão boa na Habitação, uma equipe muito antiga de técnicos, que conhecem a Cidade, que sabem dos caminhos para a regularização fundiária...

Uma demanda que o Governo não conseguiu resolver nos quatro anos anteriores, mas precisa tentar fazer nesses próximos quatro é a retomada do Vila Bela, na região de São Mateus, onde tantas pessoas já moram, onde já não tem mais condições de passar carros, onde as peruas não conseguem mais chegar para pegar as crianças; cadeirante, nem se fala. Não chegam ambulâncias por causa das ruas todas esburacadas. O pouco que se fez foi iniciado na gestão Haddad, nas ruas principais, na avenida onde ainda dá para passar por conta do Rodoanel, mas, depois disso, nada mais foi feito, a atual gestão não conseguiu fazer.

Eu tenho insistido muito nisso, porque, se já foi dada entrada na colocação de asfalto, mesmo que a regularização não esteja resolvida, acho que tem condições de a gente caminhar, porque até creche estão pensando em colocar lá também.

O segundo ponto é o grande orçamento da Habitação, que, aliás, cresceu. O Orçamento da cidade de São Paulo, por mais que fiquem falando que não têm dinheiro e que façam projeto de lei para confiscar em 14% o salário dos servidores públicos que ganham um salário-mínimo, de pensionistas e de aposentados, uma guerra que teve tiro, porrada e bomba, na qual machucaram professores. A Bancada do PT e a do PSOL foram para cima, mas

infelizmente eles conseguiram os 37 votos para aprovar o confisco do salário dos servidores ativos. Ao mesmo tempo, João, vai ter na Casa um projeto de lei que vai aumentar o IPTU da periferia, das regiões que hoje mais precisam de isenção de impostos e que vão ser punidas apesar do caixa cheio da Prefeitura.

Isso significa que é preciso ter mais avanço na moradia popular, Alex. Aproveito para parabenizar vocês do movimento por terem conseguido passar nesta Casa esse projeto, mas precisa do dinheiro.

- Aplausos na plateia.

A SRA. JULIANA CARDOSO – E o momento é este, é agora. Eu sei que tanto a Secretaria de Habitação como a Cohab precisam e querem também que tenha esse recurso para poder fazer esse investimento, porque não pode ser, Secretário e Presidente, só para a especulação imobiliária, só para quem quer ganhar lucro sobre as pessoas. Esse dinheiro tem que ser direcionado para o movimento de moradia, que consegue construir apartamentos muito maiores do que muitas vezes está sendo oferecido pela PPP.

- Aplausos no recinto.

A SRA. JULIANA CARDOSO – E com um custo bem menor do que a PPP tem apresentado. Não tem condições, porque São Paulo tem *expertise*, o movimento tem *expertise* para isso, e o tempo todo recurso público é direcionado para a iniciativa privada para ela ganhar dinheiro em cima da classe trabalhadora.

Agora, para que fique registrado nas Notas Taquigráficas, eu vou fazer a leitura de uma carta antes de finalizar a minha intervenção, porque é possível fazer a diferença na habitação popular, principalmente neste momento, que também foi uma vitória do movimento o Plano Diretor não ser discutido este ano sem a participação popular.

- Aplausos no recinto.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Porque a gente tinha certeza de que, se ele fosse discutido agora, muito do que foi conquistado pelo movimento de moradia iria para a iniciativa privada. Vou ler rapidinho.

“Carta Aberta à população e à Câmara Municipal de São Paulo

Em defesa UNIA de Orçamento para Moradia Popular.

A União dos Movimentos de Moradia de São Paulo mais uma vez está nas ruas para defender os programas de moradia popular, programas de urbanização de favelas e regularização fundiária às famílias sem teto e moradores de habitações precárias. Os impactos da pandemia agravaram ainda mais as condições de moradia de famílias de baixa renda da cidade, em especial a das mulheres chefes de família. Desempregadas e sem condições de arcar com o aumento dos aluguéis, milhares de pessoas foram despejadas e literalmente passaram a viver nas ruas ou em ocupações, aumentando ainda mais o número de favelas na cidade e a precariedade habitacional.

Com os cortes federais nos recursos da habitação e a extinção da CDHU em âmbito estadual, há uma necessidade ainda maior que a cidade possa apresentar respostas rápidas à falta de moradia. O caminho dessa solução, sobretudo àquela destinada às famílias que compõem a maior parte do *deficit* habitacional (zero a três salários mínimos), não pode ser via mercado, pelas parcerias público-privadas, que nem de perto atendem às famílias. São necessários recursos subsidiados para que os mais pobres possam ser, de fato, atendidos.

Nos últimos dez anos, o Orçamento da Cidade saltou da casa de 30 bilhões para cerca de 50 bilhões, um aumento de cerca de 50%, apesar de toda crise sanitária e econômica durante a pandemia. No entanto, não houve o mesmo aumento na produção de moradias populares.

Além disso, enquanto o povo sofre com a falta de moradia, a Prefeitura sequer gasta os recursos previstos no Orçamento. Nos anos de 2020 e 2021, apenas 43% dos recursos previstos foram efetivamente investidos em moradia popular. Até mesmo os recursos do Fundurb têm tido baixa aplicação. Em 2020, mais de um bilhão ficaram parados no caixa da Prefeitura, sem aplicação!

Para 2022, temos diversos questionamentos:

Primeiro. Em 2020, os recursos do Tesouro Municipal eram de R\$ 300 milhões, e

não nos parece razoável que neste Orçamento de 2022 esses recursos tenham caído para R\$ 157 milhões. Apesar de haver uma previsão de crescimento no orçamento da habitação, metade do orçamento da habitação para o próximo ano de 2022 (R\$ 1,2 bilhão), dependerá das operações de crédito, não ficando transparente de como serão obtidos esses recursos e em que condições serão aplicados.

Os recursos previstos para o Programa Pode Entrar não discriminam em quais modalidades os recursos serão aplicados.

O valor previsto para o Fundurb em 2022 está abaixo do arrecadado nos nove meses deste ano. É preciso rever essa projeção e reforçar os recursos previstos para habitação. A lei prevê o mínimo de 30%, mas entendemos que, nessa emergência habitacional, esse percentual deve ser ampliado.

É preciso garantir recursos na rubrica da Casa da Família para aporte aos empreendimentos remanescentes do Minha Casa, Minha Vida Entidades.

Além disso, não há praticamente recursos para urbanização de favelas, regularização fundiária, locação social e para melhorias em cortiços ou moradias para idosos ou mulheres vítimas de violência.

O aumento das PPPs indica que o Governo quer entregar cada vez mais a política de habitação ao setor privado. Nós já perdemos um ano do atual Governo e, a seguir nesse ritmo, muito pouca coisa sairá do papel no próximo ano de 2022.

Moradia digna para todas e todos!”

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, Vereadora Juliana.

A SRA. NANÁ ROOTS – Boa tarde. Quero pedir à Mesa a gentileza de uma questão de ordem. Aqui é Naná Roots, do Instituto ReggArte.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não.

A SRA. NANÁ ROOTS – É em relação a uma fala anterior sobre as reuniões presenciais. Em defesa das pessoas com baixa resistência e com deficiência, quero deixar claro

da importância do sistema híbrido neste momento, pois ainda estamos na pandemia e precisamos, como munícipes, desse respeito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

- Aplausos no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Peço à Vereadora Juliana que entregue essa carta à assessoria e ao nobre Vereador Atílio Francisco, o nosso relator.

Seguindo. Vamos às considerações do George.

O SR. GEORGE AUGUSTO DOS SANTOS RODRIGUES – Mais uma vez, cumprimento os membros da Mesa: o Secretário João Siqueira de Farias, o Junior Fagotti, o Alex Peixe e os demais Vereadores.

A consideração que feita foi em relação à execução do Orçamento. É importante enfatizar que o Descomplica, o objeto da questão que foi levantada faz parte do Programa de Metas; ou seja, é um programa de Governo. Nós temos a previsão de entrega de mais 24 até o final da gestão, ou até 2024, e nós temos oito em operação, com avaliação positiva de mais de 99,7% da população; oito já na Cidade, um para ser entregue em breve, quatro em execução e outros 24, completando 32, ou seja, os outros 19 para completar os 24, os 32 até o final da gestão.

Sem dúvida alguma, teve um impacto na pandemia durante a execução; a gente teve que replanejar algumas questões. Com a execução do Plano de Metas, foi reposicionada a estratégia do Descomplica, que é um programa que veio para ficar, um programa importantíssimo para a Cidade, no qual a gente descentraliza o atendimento aqui do Centro e leva para as periferias, para todas as regiões da Cidade, evitando que o cidadão tenha que se deslocar pela Cidade para buscar serviço. São os serviços da Cidade sendo levados diretamente ao cidadão, até a sua região, próximos ao seu território para facilitar o acesso.

Então, das nossas considerações, Presidente, eu acho que é isso. Entendo as questões, mas o Orçamento está sendo avaliado, e a gente ainda tem alguma execução, que vai

ocorrer este ano; até dezembro, tudo vai correr bem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, George. Um abraço ao Secretário.

Considerações e respostas da Secretária Silvia Regina.

A SRA. SILVIA REGINA GRECCO – Antes, cumprimentar o Colega Secretário de Habitação, que reassume a Secretaria e parabenizá-lo pela receptividade que você teve com todos os movimentos. O seu retorno à Secretaria aumenta ainda a mais a sua responsabilidade em frente à Pasta. Parabéns pelo seu retorno. Estamos muito felizes de você ser mais um atuante.

O SR. JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS – Obrigado, querida.

Primeiro foi a questão da CIL – Central de Intermediação em Libras. No ano de 2021, foram afetados os atendimentos, sim, pela questão da pandemia. Falo isso não como uma desculpa, mas como uma realidade. Por exemplo, nós temos o PAP-CIL instalado em 270 postos de serviços da Prefeitura, serviços esses que não tiveram o atendimento presencial por conta da pandemia e, por isso, incluindo o atendimento via aplicativo, também teve esse reflexo na diminuição dos atendimentos.

Por outro lado, neste ano nós ampliamos o atendimento de, por exemplo, todas as 122 ambulâncias do SAMU no nosso município, um serviço muito importante. Também neste ano atendemos a Justiça Federal e a Defensoria Pública, porque isso é inclusão, é poder oferecer um serviço para que a comunidade surda possa ser incluída verdadeiramente nos serviços oferecidos no nosso município.

Nós estamos reunindo esforços para a retomada dos importantes serviços para a comunidade surda da cidade de São Paulo; serviços, aliás, referências para o País.

Na sua grande maioria, as pessoas com deficiência, com essa questão do isolamento, foram afetadas num número grande, porque, como são grupo de risco, acabaram precisando cumprir o isolamento social pela questão sanitária, infelizmente. Essa é uma preocupação nossa e queremos ampliar esse serviço.

Sobre a questão do Conselho, nós precisamos diferenciar o recurso previsto no

orçamento do próprio Conselho, porque esse recurso é para atender às demandas e os protestos do Conselho; investimentos são elaborados e executados pelo próprio Conselho. Como este ano também não teve plenária presencial, não teve o povo paulistano, esses recursos não foram usados na sua totalidade, porque os custeios dos Conselhos são arcados pelo orçamento, pela dotação da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Inclusive está previsto para o próximo orçamento, e já demos andamento, um imóvel para a locação da sede do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, cuja Lei 17.334, de março de 2020, contempla o aumento do número de cargos de conselheiro, passando de 17 para 18 e seus respectivos suplentes.

Então, a administração nova, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência propiciará ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência da Cidade a sede própria. Hoje, está dentro da Secretaria, o que não é correto porque é necessário ter autonomia no seu trabalho, independência e transparência.

Então, a partir do ano que vem, no próprio prédio que estamos, estamos lotando um espaço para a sede do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência da cidade de São Paulo. É nossa responsabilidade. A propósito, não seria o caso do uso de recursos do Conselho para o custeio das suas atividades? São responsabilidades da nossa Secretaria. Os recursos dos Conselhos devem ser utilizados para projetos decididos em plenária do próprio Conselho.

Na questão da Cultura, o nosso entendimento é que todas as atividades culturais da nossa Cidade sejam para todas as pessoas com e sem deficiência. Está previsto isso no nosso plano de ação uma parceria para incentivar, buscar novos talentos, investir em cultura inclusiva. Música, teatro, dança, todas as atividades culturais fazem grande diferença no desenvolvimento das pessoas com deficiência. Então, queremos ampliar a participação das pessoas com deficiência nas atividades culturais tanto nos palcos quanto nas plateias. Para isso, a nossa Secretaria busca garantir os eixos e acessibilidade na agenda cultural da cidade de São Paulo, como acessibilidade arquitetônica, acessibilidade atitudinal, acessibilidade comunicacional e acessibilidade digital. Todos esses aspectos têm de ser garantidos nas atividades culturais da nossa Cidade.

Quero reiterar que no nosso Plano da Ação que está no site da Secretaria vocês poderão ver o olhar importante que nós entendemos da questão cultural das pessoas com deficiência.

Foi falado também das residências inclusivas. É um programa que faz parte da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento. Somos parceiros de todas as Secretarias e estamos também em um trabalho de rede com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Foi falado também da acessibilidade, por exemplo, da própria Câmara Municipal e nos espaços públicos. Entendo que nós, enquanto espaços públicos, precisamos dar bons exemplos e garantir essa acessibilidade para todos.

A cidade de São Paulo tem 810 mil pessoas com deficiência e ainda há muitas pessoas com deficiência na invisibilidade. Questão preconceituosa ou a questão de dó, piedade. Não precisamos disso. As pessoas com deficiência da cidade de São Paulo precisam de respeito, de serem incluídas verdadeiramente. Reafirmo que é o olhar da nossa Secretaria. Acredito até que precisamos nos unir mais pela causa. Sinto que outras causas de minoria se desenvolvem mais, se envolvem mais.

É importante que as pessoas com deficiência conversem com a rede na luta por direitos, aqueles direitos conquistados que hoje temos de lutar para não perdermos e continuamos lutando por mais direitos. Aliás, é isso, a pessoa com deficiência antes da deficiência, pessoas, sujeitos e direitos. Precisamos continuar nessa luta e para isso o envolvimento de todos é muito importante. Vamos buscar o bem comum de todos.

Agradeço por esta oportunidade de participar de tão importante audiência temática. Em nome Naná e da Glauce, agradeço a participação de todos. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretária Silvia.

Para as considerações finais, Secretário João Farias.

O SR. JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS – Bom dia.

Primeiro, quero, de coração, agradecer todas as palavras gentis das várias lideranças

de habitação que se pronunciaram sobre a minha pessoa e sobre o meu retorno à Secretaria da Habitação. É evidente que isto faz com que o nosso desafio se torne ainda maior, mas eu preciso - até por uma questão de justiça e vocês que me conhecem sabem que eu sou assim, acho que talvez por isso que a gente se dá tão bem, eu sou extremamente franco, respeito as nossas divergências, respeito as opiniões contrárias e a gente busca construir em comum aquilo que nos une e o que nos desune, nos espaços corretos, a gente faz a disputa justa, democrática e legítima, que a gente defende.

Então, por conta disso, eu tenho aqui, senão eu não vou conseguir sair daqui com a cabeça tranquila, dizer que graças a Deus a democracia permite que a gente viva no regime onde as palavras do meu amigo, último que falou aqui, ficam pelo seu direito legítimo de pensar diferente, mas o povo de São Paulo elegeu o Prefeito Bruno Covas, porque aprovou a gestão do Prefeito Bruno Covas e ele foi eleito pela maioria absoluta dos votos da população de São Paulo. Então, eu queria dizer que alguns podem achar que ele foi o pior Prefeito de São Paulo. Graças a Deus que não é esse o pensamento da maioria absoluta da população de São Paulo que elegeu o Prefeito Bruno Covas e, hoje, o nosso Prefeito Ricardo Nunes, à época Vice do Prefeito Bruno.

Evidentemente, Vereadora Juliana, não vou conseguir responder todos os questionamentos que foram feitos até por uma questão de tempo. Mas quero aqui já firmar um compromisso com vocês. Sem ser na próxima semana, a partir da outra, minha agenda vai estar aberta para iniciar diálogo com os Vereadores, com as entidades sobre possíveis pendências que tem ainda na Secretaria. Peço para que entrem em contato com a Graça, que era minha secretária e que voltou a ser minha secretária, para que a gente possa marcar esse bate-papo.

Porém, é possível respondermos algumas coisas importantes porque foram colocados alguns assuntos que a gente precisa restabelecer um pouco o histórico e a verdade efetiva do ponto de vista prático da realidade. Aí, eu preciso fazer algumas pontuações porque este plenário precisa sair no dia de hoje desta Casa extremamente feliz e satisfeito com as medidas que o Governo adotou para o orçamento na área da Habitação que é uma conquista

que foi construída por esse Plenário. A gente não pode inverter em hipótese nenhuma algo que foi construído por vocês, inclusive, e parecer que é negativo, porque senão a gente trabalha com uma realidade que é completamente diversa e contraditória com a prática.

Vamos resgatar algumas coisas fundamentais que foram construídas ao longo dos últimos anos na área da Habitação na cidade de São Paulo.

Recursos do Fundurb. Deputado Jorge do Carmo e Vereadora Juliana, 30% dos recursos do Fundurb que são destinados para Habitação foi uma conquista do Plano de Diretor de 2014. Correto? Como é que podia ser usado esse recurso? Vamos fazer um resgate. Só podia ser usado para comprar terreno. E por que foi determinada esta lógica em 2014? Porque o Brasil vivia um processo acelerado no Minha Casa Minha Vida. Então, tinha dinheiro do Governo Federal do Minha Casa Minha Vida, mas não tinha terreno para construir os prédios. Fizeram uma opção correta naquele momento em 2014.

Estou fazendo justiça inclusive ao Prefeito da época. A gente aprender a criticar, mas também aprender elogiar. Porque naquela época foi correto na gestão do Fernando Haddad, a iniciativa de 30% do Fundurb para comprar terreno para produzir unidade habitacional pelo Minha Casa Minha Vida. Com o fim do Minha Casa Minha Vida, a gente entrou no maior impasse da história do Brasil de qual seria a fonte de recursos para produzir unidade habitacional.

O que fez o Prefeito Bruno Covas, na minha gestão como Secretário de Habitação na primeira passagem? Mandou um projeto de lei para esta Câmara, que foi aprovado por unanimidade e que alterou a lei do Fundurb permitindo que os 30% do Fundurb que era só para comprar terreno pudessem ser usados também para produção de unidade habitacional.

Isso é positivo e tem que ser reconhecido. Só foi por isso que pudemos sentar, discutir, debater e construir o maior programa habitacional da história de São Paulo que é o Pode Entrar.

O Pode Entrar não é uma conquista da gestão do Prefeito Bruno Covas, é também, porque não pode ninguém querer negar que foi na gestão dele e na minha gestão que a gente teve a coragem de trabalhar uma alternativa junto com vocês para São Paulo deixar de ser refém

do Governo Federal. Construimos de forma coletiva um projeto extremamente delicado, extremamente complexo, mas que foi construído de forma tão correta, tão corajosa, tão madura que recebeu 54 votos desta Casa quando da sua aprovação para transformar em lei, que é outro ponto extremamente positivo.

Ele tinha sido criado através de uma resolução do Conselho Municipal de Habitação, mas que com a coragem do Prefeito Ricardo Nunes, do ex-Secretário Orlando Faria, do atual adjunto que já era adjunto na gestão do Orlando Juninho, transformou em lei e ao se transformar em lei, o Pode Entrar deixa de ser um programa e vira uma política de Estado, independente de qual prefeito passou ou vai passar. Isso é muito positivo. Temos de ter coragem de reconhecer mesmo sabendo que a maioria absoluta que está aqui não apoiou Bruno, não apoiou o Ricardo e não apoia, mas não dá para dizer que isso não é positivo, porque senão vocês vão estar contradizendo vocês próprios, porque foram vocês que construíram e vocês que reivindicaram.

Qual é a consequência final disso? Essa peça orçamentária. Se não fosse a mudança da lei do Fundurb, se não fosse a criação do Pode Entrar, a gente não apresentaria um orçamento de 2.300 bilhões para moradia na cidade de São Paulo dos quais mais de 70% são para produção de unidade habitacional. “Ah, espera um pouquinho, não é da fonte 00, do Executivo.” Está como a possibilidade de operação de crédito financeiro que o Governo vai fazer um empréstimo. Não tem problema. O importante é que o dinheiro está lá, nós vamos executar. Se eu não assinar ainda neste ano, no começo do ano vamos assinar uma liberação de 400 milhões para as mais de nove mil unidades das entidades, que é uma conquista de vocês. Isso é positivo.

A gente tem que saber reconhecer. É importante, é maduro, é democrático, mas acima de tudo, é ser adulto. Manter as nossas diferenças, manter as nossas divergências, mas respeitar as boas iniciativas de uma gestão que mesmo que não tenha o nosso alinhamento ideológico, busca trabalhar dentro daquilo que vocês acreditam.

Quero deixar registrado isso, Vereador Arselino Tatto, Deputado Jorge do Carmo, esta gestão pode ter um monte de divergências com V.Exas., mas não tenho dúvida nenhuma que esta gestão avançou muito na área Habitacional como nunca na história da cidade de São

Paulo e vai continuar avançando, porque vocês me conhecem.

Quando eu assumi a Secretaria de Habitação, falei com vários aqui “vamos achar juntos uma alternativa para essa política irresponsável do Governo Federal de acabar com o Minha Casa Minha Vida.” Achamos. Ela está aí. Ela agora é real e ela vai começar a produzir unidade habitacional para valer.

É verdade que nós temos problema na regularização fundiária. Estou reconhecendo publicamente e esse problema existe desde quando eu fui secretário. Temos um edital para contratação de gerenciamento na área de regulação fundiária que está há quase dois anos parado no Tribunal de Contas, que impede que a gente possa fazer Lepac nas áreas que precisam ser feitos Lepac, que impede que a gente possa fazer parcelamento de solo, que impede que a gente possa fazer levantamento ambiental. Temos uma equipe reduzida na Secretaria, então, não adianta eu vir aqui apresentar uma peça orçamentária com 300 milhões para regularização fundiária se não consigo liberar o edital no Tribunal de Contas para poder garantir assessoria técnica necessária para gente ampliar nossa capacidade de regularização.

Faço um apelo a esta Casa, Vereador Jair Tatto, que nos ajude a dialogar com o Tribunal de Contas, porque o Tribunal de Contas hoje tem um entendimento em relação e a este contrato que inviabiliza o avanço da realização fundiária na cidade de São Paulo. Precisamos garantir que esse edital vá à rua para que a gente possa, de fato, fazer aquilo que a gente sabe que é fundamental, que é ampliar a regularização fundiária na cidade de São Paulo.

Queria também dizer para o Fabio, o último orador. Fabio, peço para você entrar no Portal da Transparência e verificar a execução orçamentária da Secretaria de Habitação de 2021. Tenho certeza de que os números que você apresentou aqui não são do orçamento executado na Habitação em 2021. Só para dar um exemplo, eu, antes de sair da secretaria e sei que foi executado em 2021, 32 milhões para construção de casas no projeto de mananciais lá da área da Chácara do Conde que foi entregue inclusive há pouco tempo. Só esse valor já é superior que você disse que foi gasto na área dos contratos de mananciais.

Então, a execução ou os documentos que você tem não condizem com a verdade.

Sei que foi gasto na Habitação. Não posso dizer com precisão que eu não era Secretário da Habitação no ano de 2021.

Segunda questão. Respeito muito o ex-Secretário de Habitação, é meu amigo, pessoa extremamente capaz. Foi secretário comigo junto com Bruno. Eu no Esporte e ele no Turismo. Depois, ele na Casa Civil e eu na Habitação. Ele é o responsável por garantir esse orçamento de 2.3 bilhões para a Cidade.

Então, queria fazer aqui uma homenagem especial ao Orlando Faria que deixou o Governo, mas eu preciso registrar que foi um grande secretário. Claro que ele pode ser diferente de outros. Talvez ele tivesse de ter dialogado mais. Não dialogou mais. Talvez tenha cometido alguns erros nesse processo, mas foi junto com o Juninho, duas pessoas que tocaram aquela Secretaria.

Quero de antemão dizer para vocês e passar essa tarefa ao Juninho, você tem 15 dias para devolver a sala para o Conselho Municipal de Habitação.

- Aplausos.

O SR. JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS – Então, está resolvido. O Juninho já tinha falado: “Secretário, pode falar que vamos devolver a sala que já arrumei nova sala para colocar o Conselho.” Então, a sala do Conselho vai voltar. E a próxima reunião do Conselho, sem ser a que vamos ter amanhã, porque está muito em cima... É amanhã uma reunião do Conselho?

Próxima reunião do Conselho vai ser mista. Vai ser presencial e também virtual, como pedi a pessoa que usou aqui e que está correto. Então, os Conselheiros que quiserem e que puderem estar presentes na reunião estarão e nós vamos criar um sistema lá para garantir que aqueles que possam ser virtual, participem virtual.

Não sei se eu consegui de forma mais geral, de uma certa forma, dar resposta a todas as perguntas. Mas eu também, até por conta do nosso horário, preciso me retirar porque como eu comecei agora na terça-feira, vocês imaginam a quantidade de reuniões que eu estou tendo com a equipe interna para retomar um pouco, me familiarizar um pouco com a atual situação da Secretaria.

Repito: estou à disposição de todos vocês a partir de semana que vem. Quero aqui reafirmar o nosso compromisso em São Paulo se tornar referência internacional em produção de unidades habitacionais para população pobre. Isso é importante. São Paulo vai garantir casa para a população que era atendida no Minha Casa Minha Vida, faixa 1, e que deixou de ser atendida. São Paulo vai atender, mas também vai atender a população que tem condições de pagar uma prestação, tem dificuldade de acesso ao crédito, mas vai ter facilidade com a PPP. Uma coisa não exclui a outra.

A PPP agrega valor na política habitacional da cidade de São Paulo. O Pode Entrar vai garantir a unidade Habitacional para quem tem dificuldade de acesso a renda, para quem tem dificuldade de emprego formal, para quem tem dificuldade de não ter o nome negativado, para quem tem dificuldade em pagar a prestação um pouco mais elevada. A PPP vai garantir unidade habitacional para aquelas pessoas que têm emprego formal, que tem renda que permita que ela faça um financiamento.

Então, temos de entender esses programas como um grande pacote, como um grande bolo que vai fazer com que São Paulo fique cada vez mais na vanguarda da política habitacional no Brasil. E por que não dizer no mundo?

É um prazer reencontrá-los. Estamos trabalhando e dessa vez, se Deus quiser, até o dia 31 de dezembro de 2024. Bom dia. Obrigado. Tchau.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Secretário, e o Vila Bela? Fala um pouquinho se a gente pode tocar o Vila Bela pelo menos para pensar o início da regularização fundiária.

O SR. JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS - Não vamos, Vereadora. Vamos deixar já pré-agendada, depois você liga para a Graça só para acertar horário. Na segunda-feira, sem ser a próxima, na outra, a gente logo cedo se senta para tratar um caminho para isso. Está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Nosso agradecimento a todos e todas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Ficarei no aguardo das respostas às

minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok.

O SR. JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS – Vereador, peça ao professor da USP para me procurar para a gente marcar uma reunião.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nada mais havendo a tratar. O compromisso do Vereador Atílio era receber os movimentos. Dr. Jorge, está registrada a questão da regularização fundiária.

Nada mais havendo a tratar. Obrigado a todos e a todas. Está encerrada a audiência pública.
